



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**AMANDA TEIXEIRA SANTOS**

**A LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB: UM ESTUDO SOBRE O  
ASSENTAMENTO CALABOUÇO**

**GUARABIRA-PB  
2023**

AMANDA TEIXEIRA SANTOS

**A LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB: UM ESTUDO SOBRE O  
ASSENTAMENTO CALABOUÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Programa de Graduação de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Geografia.

**Linha de pesquisa:** Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

**Orientador:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

**GUARABIRA-PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S234l Santos, Amanda Teixeira.  
A luta pela terra em Araruna-PB [manuscrito] : um estudo sobre o assentamento calabouço / Amanda Teixeira Santos. - 2023.  
115 p. : il. colorido.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.  
"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Coordenação do Curso de Geografia - CH."  
1. Reforma agrária. 2. Assentamento rural. 3. Sucessão rural. I. Título

21. ed. CDD 910

AMANDA TEIXEIRA SANTOS

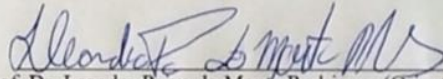
A LUTA PELA TERRA EM ARARUNA/PB: um estudo sobre o Assentamento Calabouço

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Programa de Graduação de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Geografia.

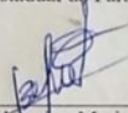
Linha de pesquisa: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho.

Aprovada em: 19/06/2023.

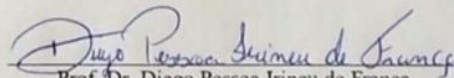
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à minha mãe, por todo esforço, dedicação e amor empreendido em minha criação. A ela, todo o meu carinho e admiração.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

A minha amada mãe, que sempre me incentivou e esteve ao meu lado. Minha gratidão por esse amor incondicional, por todo o companheirismo, por nunca me deixar só e sempre me apoiar.

Ao meu namorado, Tiago, ter você ao meu lado incentivando e ajudando quando precisei foi essencial para o êxito dessa trajetória.

Aos moradores do Calabouço, especialmente ao senhor Tota pela disposição em me ajudar na coleta dos dados sobre o Assentamento.

A Wellington Rafael por me conceder relíquias bibliográficas da nossa amada Araruna.

A todos os docentes do Centro de Humanidades que contribuíram com a minha formação acadêmica.

Ao professor Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, meu orientador, pela disponibilidade e compromisso.

Aos prezados Prof<sup>o</sup>. Dr. Belarmino Mariano Neto e Dr. Diego Pessoa Irineu de França por se disponibilizar a compor a banca examinadora deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente fizeram parte desse percurso: meu muito obrigada!

“A terra é um bem comum  
Que pertence a cada um.  
Com o seu poder além  
Deus fez a grande Natura  
Mas não passou escritura  
Da terra pra ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,  
Se é obra da criação,  
Deve cada camponês  
Ter uma faixa de chão.”  
(Patativa do Assaré – A terra é nossa)

## **043 – Geografia**

SANTOS, Amanda Teixeira. **A LUTA PELA TERRA EM ARARUNA-PB: UM ESTUDO SOBRE O ASSENTAMENTO CALABOUÇO**. (Monografia de graduação, Curso de Geografia, UEPB/CH, orient. Leandro Paiva do Monte Rodrigues), 2023, 115p.

**BANCA EXAMINADORA:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Orientador)  
Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto  
Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França

### **RESUMO**

A ausência de jovens nas pequenas unidades agrícolas e, principalmente, nos Assentamentos da Reforma Agrária representa um risco à continuidade da unidade familiar, pois a falta de sucessão inviabiliza a reprodução social camponesa. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo explicar a trajetória de formação e o processo de sucessão rural do Assentamento Calabouço. Para tanto, foi necessário recuperar as memórias de resistência dos agricultores acerca da luta pela terra, identificar o perfil dos titulares dos lotes, caracterizar as unidades familiares e descrever as perspectivas dos titulares quanto a sucessão rural. Para alcançar o objetivo proposto a metodologia desta monografia centrou-se na pesquisa qualitativa e quantitativa e no método hipotético-dedutivo. Também, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, além de levantamento de dados junto as famílias assentadas. Com base na pesquisa realizada foi constatado que, na década de 1980, ocorreu o processo de luta pela terra de forma conflituosa e que, atualmente, os titulares dos lotes são majoritariamente idosos, mas apenas 25% das unidades familiares possuem um sucessor definido e apesar de haver uma média de 7 herdeiros por família, em sua maior parte, as unidades familiares são compostas por até três pessoas. Concluiu-se que o acesso à terra foi fundamental para a autonomia daquelas famílias, pois possibilitou o desenvolvimento da agricultura para a subsistência. Entretanto, a falta de mecanismos que dinamizem a renda familiar é um fator determinante para a migração dos jovens dessa comunidade, o que é um obstáculo para a efetivação da sucessão rural.

**Palavras-chave:** reforma agrária; assentamento rural; sucessão rural.



## ABSTRACT

The absence of young people in the small agricultural units and, mainly, in the Agrarian Reform Settlements represents a risk to the continuity of the family unit, as the lack of succession makes peasant social reproduction unfeasible. In this sense, this paper aims to explain the formation trajectory and the process of rural succession of the Calabouço Settlement. To do so, it was necessary to recover the resistance memories of the farmers about the struggle for land, identify the profile of the lot holders, characterize the family units and describe the perspectives of the holders regarding rural succession. To reach the proposed objective, the methodology of this monograph focused on qualitative and quantitative research and on the hypothetical-deductive method. Also, bibliographical and documentary research was used, in addition to data collection with the settled families. Based on the research carried out, it was found that, in the 1980s, the process of struggle for land occurred in a conflicting way and that, currently, the holders of the lots are mostly elderly, but only 25% of the family units have a defined successor and despite Although there is an average of 7 heirs per family, most family units are made up of up to three people. It was concluded that access to land was fundamental for the autonomy of those families, as it enabled the development of agriculture for subsistence. However, the lack of mechanisms that boost family income is a determining factor for the migration of young people from this community, which is an obstacle to the implementation of rural succession.

**Keywords:** land reform; rural settlement; rural succession.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Aspecto da capela erguida por Feliciano Soares.....	17
Figura 2 –	Mercado cultural (velho mercado).....	18
Figura 3 –	Centro histórico de Araruna-PB.....	18
Figura 4 –	Campus da UEPB em Araruna-PB.....	19
Figura 5 –	Mapa de localização do município de Araruna no estado da Paraíba.....	20
Figura 6 –	Escola Nossa Senhora Da Luz.....	47
Figura 7 –	Capela Santa Rita de Cássia.....	47
Figura 8 –	Açude comunitário sem manutenção.....	48
Figura 9 –	Segundo açude comunitário.....	48
Figura 10 –	Percurso do centro de Araruna-PB ao Assentamento Calabouço.....	48
Figura 11 –	Primeira vista parcial do Assentamento Calabouço.....	62
Figura 12 –	Segunda vista parcial do Assentamento Calabouço.....	62
Figura 13 –	Unidade familiar em que a sucessão já foi efetivada.....	63
Figura 14 –	Unidade familiar em que a sucessão será efetuada.....	63
Figura 15 –	Unidade familiar em que se planeja a sucessão.....	64
Figura 16 –	Unidade familiar em que a sucessão não será efetuada.....	64
Figura 17 –	Moradia em área de difícil acesso.....	65
Figura 18 –	Acesso a moradia da figura 17.....	65
Figura 19 –	Assentados arando a terra através da tração animal.....	67
Figura 20 –	Terra arada.....	67
Figura 21 –	Plantação de maracujá ao redor do açude comunitário.....	68
Figura 22 –	Área cultivada por assentado.....	68
Figura 23 –	Plantação de palma.....	69
Figura 24 –	Plantação de batata-doce.....	69
Figura 25 –	Roçado após a colheita.....	70
Figura 26 –	Restos dos cultivos destinados à alimentação dos animais.....	70
Figura 27 –	“Cabeças de gado” de um assentado.....	71
Figura 28 –	Criação de caprinos.....	71
Figura 29 –	Registro da entrevista com assentado da primeira geração.....	73
Figura 30 –	Registro da entrevista com assentada da primeira geração.....	73
Figura 31 –	Registro da entrevista com casal de assentados da primeira geração.....	74
Figura 32 –	Registro da entrevista com assentado da segunda geração.....	74
Figura 33 –	Registro da entrevista com assentada da segunda geração.....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Araruna: população urbana e rural nos Censos Demográficos 1991/2000/2010.....	21
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos assentamentos rurais de Araruna-PB.....	41
Quadro 2 – Características dos sucessores.....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Araruna-PB.....	22
Gráfico 2 – Idade dos entrevistados por classificação etária e percentual.....	49
Gráfico 3 – Modalidade de ensino cursada por percentual.....	50
Gráfico 4 – Quantidade de pessoas residindo no mesmo lote.....	52
Gráfico 5 – Destinos dos jovens migrantes.....	53
Gráfico 6 – Perspectivas acerca do processo sucessório nas propriedades da primeira geração de assentados.....	55
Gráfico 7 – Perspectivas acerca do processo sucessório nas propriedades da segunda geração de assentados.....	57
Gráfico 8 – Perspectivas acerca do processo sucessório no Assentamento Calabouço.	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa Extensão Rural e Regularização Fundiária
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNTERRA	Fundação de Previdência Privada da Terracap
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa Aquisição de Alimento
PEPB	Parque Estadual Pedra da Poca
PIB	Produto Interno Bruto
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	14
<b>3</b>	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB</b> .....	16
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB .....	16
3.2	CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB	20
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	25
4.1	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	25
4.2	MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA .....	28
4.3	A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....	32
4.4	SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR .....	36
<b>75</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	40
5.1	A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB .....	40
5.2	A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALABOUÇO .....	42
5.3	PERFIL DOS TITULARES .....	49
5.4	CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES .....	51
5.5	PERSPECTIVAS ACERCA DA SUCESSÃO GERACIONAL .....	54
<b>6</b>	<b>CALABOUÇO: ASSENTADOS E A AGRICULTURA FAMILIAR</b> ....	60
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78
	<b>APÊNDICES</b> .....	85
	<b>ANEXOS</b> .....	88

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX foram formuladas diferentes legislações acerca da implementação da reforma agrária, essa é uma política pública fundamentada na criação de assentamentos rurais e utilizada como instrumento para distribuição de terras entre os camponeses sem terra, criada em decorrência das reivindicações dos trabalhadores rurais. “Assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER 1996, p.7).

Em geral, os assentamentos rurais brasileiros são caracterizados por infraestrutura precária, vulnerabilidade em serviços públicos e assistência técnica. Por isso, torna-se inviável permanecer nesses espaços e, frequentemente, camponeses migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Diante disso, a reforma agrária deve ser conceituada como um processo mais amplo, que além da aquisição de terra, ofereça condições que permita nela se trabalhar com dignidade, além de atividades de promoção social que promovam a inclusão do agricultor familiar na sociedade (FERNANDES, 2020).

Ao levantar os dados dos últimos censos demográficos constata-se que a população rural está em constante diminuição. Além disso, os dados do Censo Agropecuário (2017) revelam que 23,2% dos estabelecimentos agropecuários cadastrados no Brasil encontram-se sob a administração de idosos acima de 65 anos de idade. Diante disso, existe uma preocupação com relação ao processo sucessório nas unidades familiares. Pois, a ausência de jovens nas pequenas unidades de produção além de comprometer a produção agrícola representa um risco para a continuidade da unidade familiar, dado que a inexistência da sucessão impossibilita a reprodução social dessa categoria (SAVIAN, 2014).

Nessa perspectiva, o presente trabalho estuda o Assentamento Calabouço localizado no município de Araruna-PB no intuito de desvelar o futuro da comunidade a partir das perspectivas para a efetivação da sucessão rural. Por tanto, indaga-se: o Assentamento Calabouço criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da política pública de reforma agrária detém mecanismos que assegurem a reprodução social camponesa?

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória para a formação e o processo de sucessão rural do Assentamento Calabouço. Para a construção do estudo, foram construídos os seguintes objetivos específicos: 1) recuperar as memórias de resistência dos

agricultores familiares acerca da trajetória de luta pela terra; 2) identificar o perfil dos titulares; 3) caracterizar as unidades familiares; 4) descrever as perspectivas dos titulares dos lotes quanto à sucessão geracional.

Para proceder com a discussão deste tema, parte-se da hipótese de que a carência de mecanismos que dinamizem a renda familiar em Calabouço é um fator determinante para o relevante percentual de migração dos jovens desta comunidade e isso é um obstáculo para a efetivação da sucessão rural.

Assim, para viabilizar a efetivação desta monografia realizamos uma pesquisa de cunho exploratório, com abordagem quali-quantitativa e fundamentada no método hipotético-dedutivo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados junto às famílias assentadas, através de entrevistas semiestruturadas.

Posto isto, este trabalho foi estruturado em seis capítulos, iniciado por esta introdução, seguido do segundo capítulo que será versado sobre os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. Já o terceiro capítulo, está composto pelos principais aspectos para a formação e a caracterização geográfica do município de Araruna-PB. No quarto capítulo, foi necessário abordar acontecimentos históricos para compreender para a atual configuração da questão agrária no Brasil. O capítulo 5, por sua vez, traz os resultados obtidos na análise da trajetória da formação do Projeto de Assentamento e do processo de sucessão rural em Calabouço. Por último temos as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos apresentados neste trabalho, primamos por uma pesquisa de cunho exploratório sobre a qual Gil (2002) afirma ser uma abordagem adequada para possibilitar maior familiaridade com o objeto de estudo, além de proporcionar o aprimoramento das ideias.

A metodologia desta monografia centrou-se na pesquisa qualitativa e quantitativa. De acordo com Triviños (1987 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 24) “a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto”. Segundo Richardson (1999 p. 29), a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

Além disso, o trabalho está fundamentado no método hipotético-dedutivo. Segundo Popper (1975 *apud* LAKATOS E MARCONI, 2003), esse método científico é constituído por três etapas: parte do surgimento de um problema; há a criação de uma teoria-tentativa, isto é, uma solução proposta em forma de proposição passível de teste; depois ocorre a realização de testes de falseamento para garantir a eliminação de erros. Dessa forma, esse método busca uma solução para o problema por meio do processo de tentativas e erros.

Na metodologia adotada realizamos pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e arquivos em periódicos científicos que abordam o tema estudado. Para estudar a questão agrária utilizou-se autores como: Guimarães (1968); Sauer (2010); Miralha (2012). A categoria movimentos sociais, foi referendada por: Oliveira (2001); Mitidiero Júnior (2008); Moraes (2012). Ao abordar a reforma agrária no Brasil valeu-se de: Mattei (2012); Stédile (2012); Fernandes (2020). Quando partimos para a discussão sobre a sucessão geracional na agricultura familiar destacam-se: Spanevello (2008); Savian (2014); Kischener, Kiyota e Perondi (2015).

A construção do trabalho também é baseada no levantamento de dados secundários publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo demográfico (1991, 2000 e 2010), o Censo Agro (2017) e o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020). No site do INCRA foram levantados dados acerca dos assentamentos criados no município de Araruna-PB de 1986 até 1999, e sobre o título de domínio expedido para os agricultores familiares assentados em Calabouço. Ademais, Na Seção Regional da Comissão Pastoral da Terra, no município de Guarabira, foram consultados os documentos sobre o conflito que deu origem ao Assentamento Calabouço, sobre o desenrolar do conflito e sua solução.



Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo utilizada para observar a área de estudo, e captar informações sobre o fenômeno investigado. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 186) “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de obter informações acerca de um problema, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.”

A partir dos procedimentos que deram direção a confecção deste trabalho, sua realização contemplou três diferentes fases. Na primeira, foram realizadas pesquisas e leituras de referenciais teóricos relacionados à temática com objetivo de obter uma maior compreensão acerca do problema investigado.

Na segunda fase, seguiu-se para a pesquisa de campo. Assim, realizamos visitas no Assentamento Calabouço para investigarmos a viabilidade da pesquisa. Posteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares para a coleta de informações sobre a luta pela terra que deu origem ao assentamento e as perspectivas de sucessão rural.

Os questionários (APÊNDICE A) foram aplicados com 16 (dezesesseis) das 24 (vinte e quatro) famílias assentadas, assim obtivemos informações sobre 67% (sessenta e sete por cento) das unidades familiares. Os questionários foram respondidos pelos titulares dos lotes ou pelo cônjuge. Faz-se necessário elucidar que a amostra da nossa pesquisa é composta por dois grupos de assentados: 1) representa 50% dos entrevistados e é constituído por agricultores da primeira geração de assentados, e 2) formado pela segunda geração de assentados, isto é, a primeira geração de sucessores.

Na terceira fase, depois das informações coletadas, tanto das fontes teóricas como das obtidas em campo, iniciou-se a fase de confrontação entre a teoria e a realidade, no intuito de conferir se as hipóteses levantadas se confirmariam ou não, para assim, prosseguir com o passo seguinte, o de sistematizar, neste trabalho, tudo aquilo que foi analisado durante a pesquisa.

Por fim, os dados qualitativos foram analisados através da análise de conteúdo e sistematizados descritivamente em texto. Já a análise das informações quantitativas ocorreu através do auxílio do Software Excel e representados através de gráficos. Por meio desses elementos são apresentados os resultados da pesquisa.

### 3 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB

Neste capítulo será efetuada uma caracterização do município de Araruna. Dessa forma, abordaremos os principais acontecimentos históricos para a formação de Araruna, além das características físicas sociais e demográficas do município.

#### 3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB

O território de Araruna foi primitivamente habitado pelos povos indígenas, os principais vestígios são as pinturas rupestres da Pedra do Letreiro (integrante do Parque Estadual Pedra da Boca). Há referências acerca da presença dos índios das tribos Paiacus, Janduis e Carcarás, pertencentes à nação Cariri. Além de informações sobre a existência dos Tupis na região (LUCENA, 1985). Há ainda, pesquisas que registram a passagem de nações nômades, como os Tarairiús, “as terras destes se acham ao ocidente do Rio Grande e Cunhaú. Não têm lugares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro” (HERCKMANS, 1982, apud LUCENA, 1985, p. 12).

Lucena (1985) aponta que os primeiros registros de fixação dos colonizadores no território de Araruna datam do século XVIII. Acredita-se que a primeira concessão de terras por meio do regime de sesmarias tenha acontecido em 7 de junho de 1706, o sesmeiro foi Antonio Freire que recebeu três léguas de terra. No entanto, a história oral esclarece que os pioneiros da localidade foram membros da família Soares. Sendo assim, uma sesmaria foi concedida a Luiz Soares da Silveira em 22 de julho de 1788 “que descobriu terras devolutas na ribeira do Curimataú entre Japi e o João, serra da Araruna nascerça riacho Calabouço, Lagoa Salgada e Carnaúba, fazendo peão numa lagoa chamada Mata” (TAVARES, 1909, apud Lucena, 1985, p. 16). Todas as referências geográficas associadas a essa sesmaria se localizam a poucos quilômetros do centro de Araruna.

Através do referido documento de sesmaria encontra-se a primeira atribuição da denominação Araruna referindo-se a região do atual município. O nome Araruna provém da língua tupi a’ rara una e significa arara-preta. Essa nomeação decorre do fato de que nos primórdios do povoamento havia muitas dessas araras naquelas serras, porém elas possuíam plumagem azul escuro e que vistas à distância pareciam pretas.

Feliciano Soares do Nascimento recebeu duas léguas de terra no alto da serra de Araruna, onde se estabeleceu e começou a trabalhar na agricultura. Nessas terras, para cumprir uma promessa feita a Nossa Senhora da Conceição ele ergueu uma capela em torno da qual foram

construídas as primeiras casas da localidade. Em decorrência disso, a fundação do povoado de Araruna por volta de 1845 é atribuída a Feliciano (LUCENA, 1985).

**Figura 1:** Aspecto da capela erguida por Feliciano Soares.



**Fonte:** Wellington Rafael, década de 1950.

A partir da construção da capela, ocasionalmente, o padre de Bananeiras exercia ofícios religiosos, isso atraía habitantes das proximidades, contribuindo para o desenvolvimento do povoado. Em 4 de julho de 1854 foi fundada a Freguesia de Araruna, de modo que a capela se tornou matriz, obtendo o primeiro vigário em 1856. Há registros de dois ofícios do padre Pedro Barbosa Freire ao presidente da província, datados de 1860. Nos quais o padre informa que a Matriz era pequena e encontrava-se em mau estado, e que o seu patrimônio era de duas partes de terras. Nesse momento, a jurisprudência administrativa de Araruna ainda pertencia a Bananeiras.

Por volta de 1870 os moradores da freguesia estavam insatisfeitos com as dificuldades de deslocar-se até Bananeiras para ter acesso aos serviços disponibilizados em uma vila. Diante disso, os cidadãos produziram um abaixo-assinado com quase duzentas assinaturas como forma de reivindicar a criação da vila ao presidente da província. Em 1871, o documento foi acatado por parte dos políticos da província que elaboraram um projeto de lei para a criação da vila,

mas não obteve êxito. O processo para a emancipação prolongou-se até 10 de julho de 1876, quando o Barão de Mamanguape sancionou a lei 616 criando a vila de Araruna (LUCENA, 1985).

Ainda em 1876, o padre Francisco Xavier Rocha iniciou a construção da atual igreja matriz, todavia a obra só foi concluída na primeira década do século XX. Com a elevação à categoria de vila, ocorreram as primeiras eleições e em 11 de junho de 1877 os vereadores eleitos foram empossados. O primeiro presidente da câmara e, conseqüentemente, o primeiro administrador de Araruna foi Manoel Januário Bezerra Cavalcanti.

De acordo com Lucena (1996), o processo de evolução urbana de Araruna pode ser dividido em três períodos. O primeiro iniciou-se com a fundação do povoado em 1845 e foi finalizado em 1908, com uma duração de 63 anos. Esse período foi caracterizado pela lentidão do crescimento espontâneo. Nessa época a atenção da população era voltada apenas para os seus roçados e criações.

O segundo período começou em 1908 com a construção do mercado, até sua desativação em 1967, se estendeu por 59 anos. O Velho Mercado foi o elemento que mais contribuiu para o desenvolvimento urbano de Araruna. A organização dos comércios, antes ambulantes, em um único espaço, favoreceu o desenvolvimento do comércio local. Esse período também foi marcado pelo planejamento urbano, com qualidade arquitetônica e a construção de prédios, em volta do mercado, que formam o centro histórico da cidade (figuras 2 e 3).

**Figura 2:** Mercado Cultural (Velho Mercado).



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 3:** Centro histórico de Araruna-PB.



Em 1967, iniciou-se o terceiro período da evolução urbana. Com o objetivo de mais uma vez impulsionar o desenvolvimento, foi inaugurado um novo mercado que é utilizado até os dias atuais. Com isso, os comerciantes foram realocados e o prédio do antigo mercado recebeu

outras funções ao longo dos anos, atualmente abriga o Mercado Cultural Professor Arnaldo Rodrigues que contém um museu histórico (figura 2). Esse período caracterizou-se pelo alto índice de crescimento urbano, no entanto, de modo desorganizado, sem o planejamento de outrora.

Conforme Silva (2010), a partir da instalação de um campus universitário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em Araruna (figura 4) em 2010, pode-se considerar o quarto período da evolução urbana municipal. Pois, ao ser disponibilizado um ensino superior que não é ofertado na maior parte dos municípios brasileiros e paraibanos possibilitou-se o fortalecimento dos empreendimentos comerciais, a geração de novos empregos diretos e indiretos, e o aumento das ofertas imobiliárias. Desse modo, através deste campus foi proporcionado desenvolvimento econômico, urbano e social ao município.

**Figura 4:** Campus VIII da UEPB localizado em Araruna-PB.

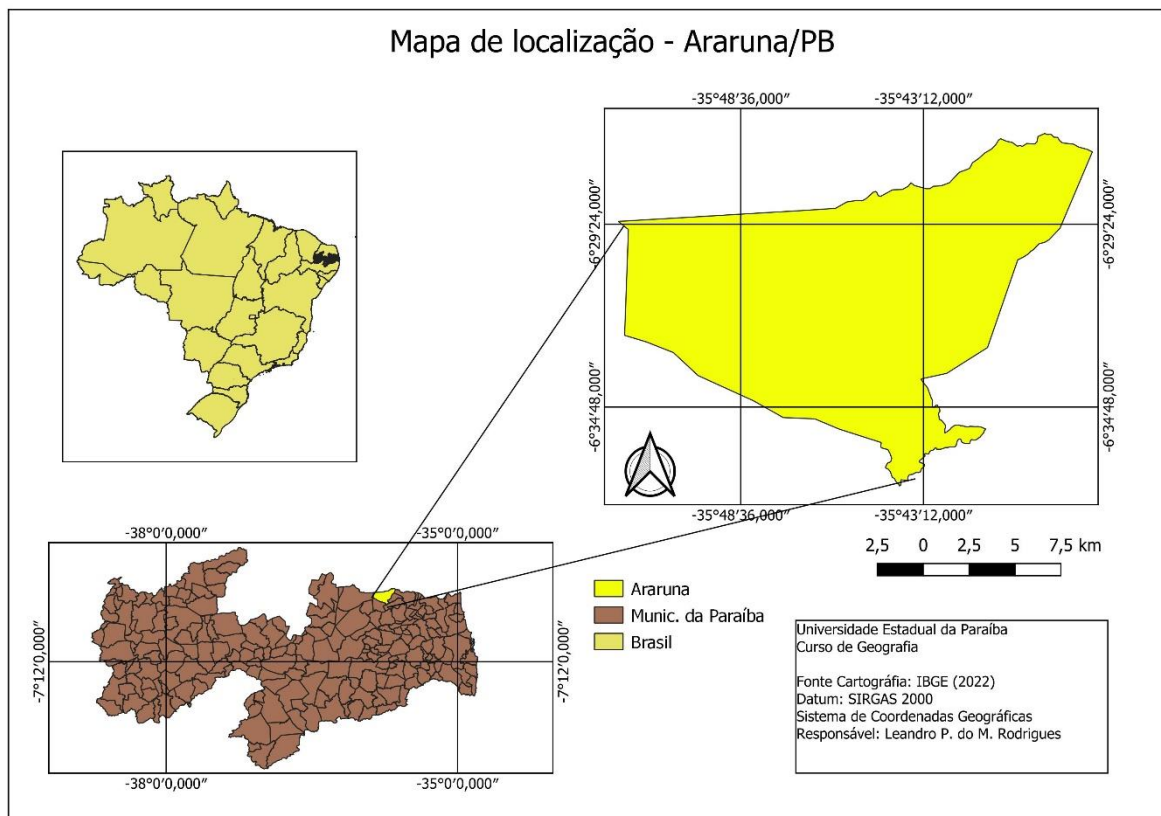


**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB

Araruna é um dos municípios do estado da Paraíba, que de acordo com a divisão regional vigente entre 1989 e 2017, e como ainda é conhecido, está situado na mesorregião do Agreste, na microrregião do Curimataú Oriental. Entretanto, de acordo com a nova proposta de regionalização realizada pelo IBGE em 2017, o município encontra-se na Região Imediata de Guarabira e na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa. Seus limites estão estabelecidos da seguinte forma: ao Norte, com o estado do Rio Grande do Norte; ao Sul e Oeste, com o município de Cacimba de Dentro-PB; a Leste, com os municípios de Tacima-PB e Riachão-PB. Localiza-se ainda, a 165 km distante de João Pessoa, capital do estado.

**Figura 5:** Mapa de localização do município de Araruna no estado da Paraíba.



**Fonte:** Rodrigues (2023).

A cidade de Araruna está localizada na borda oriental do planalto da Borborema, com altitude de 570 metros acima do nível do mar. Sua litologia é constituída por rochas sedimentares da Formação Serra do Martins (BRASIL, 2008), o que confere um relevo majoritariamente plano em sua área urbana. O município é conhecido pelo seu clima ameno, com índice de pluviosidade superior ao do clima dominante na microrregião. Os solos são profundos,

favorecendo a formação de Mata Serrana com espécies arbóreas e arbustivas da Caatinga e algumas espécies da Mata Úmida. Na hidrografia destaca-se o Rio Calabouço na divisa com o Rio Grande do Norte (RODRIGUEZ, 2001).

A população do município de Araruna é em torno de 20.610 habitantes, de acordo com a estimativa efetuada pelo IBGE para o ano de 2021. Ao levar em consideração o número de habitantes e sua área de aproximadamente 245,7 km<sup>2</sup> de extensão, a densidade demográfica do município é de 76,83 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Ao analisar dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 constatam-se oscilações no índice demográfico, uma vez que, no ano 2000 ocorreu uma diminuição e, posteriormente, um aumento populacional em 2010 (tabela 1). Desse modo, de 1991 a 2000 a taxa de crescimento anual foi de -0,55%, e entre 2000 e 2010 alcançou 1,29% (IBGE).

**Tabela 1:** Araruna: população urbana e rural nos Censos Demográficos 1991/2000/2010.

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1991	5.756	37,33%	12.140	62,67%	17.896
2000	7.349	44,26%	9.256	55,74%	16.605
2010	9.328	49,41%	9.551	50,59%	18.879

**Fonte:** Adaptado do IBGE.

Os dados demográficos apresentados na tabela 1 indicam o crescimento contínuo da população urbana em relação à rural. Dessa forma, em 1991 a população ararunense era majoritariamente rural com um percentual de 62,67%, em 2000 decresceu para 55,74% e em 2010 diminuiu mais uma vez e atingiu 50,6%. Nesse sentido, Rodrigues (2001, p. 24) esclarece: “a predominância da população no campo está associada às atividades econômicas desenvolvidas no município, visto que a organização do território de Araruna deu-se em função da pecuária e da agricultura de subsistência, atividades estas, restritas à área rural”.

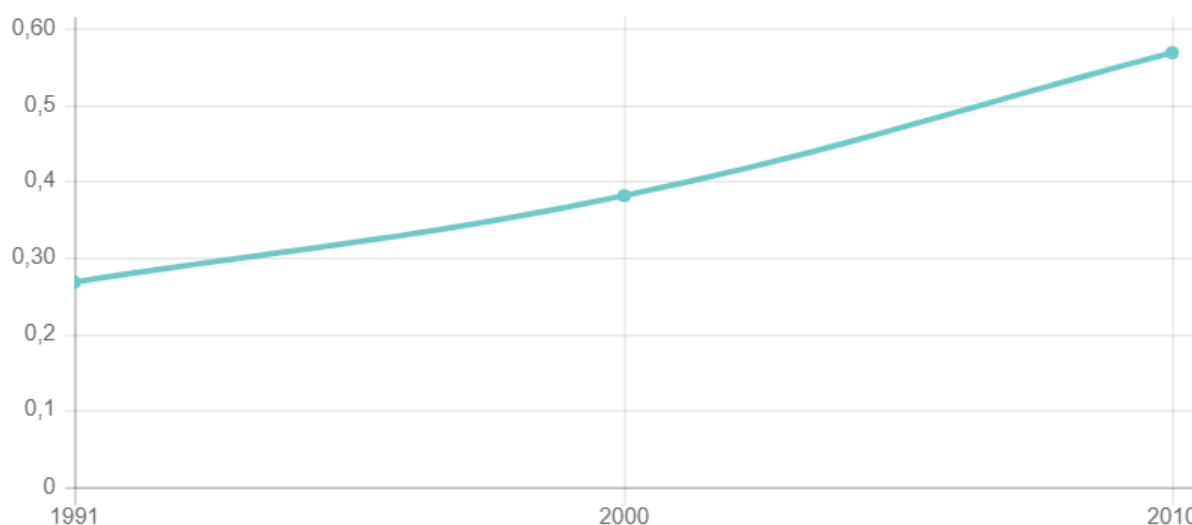
De acordo com dados do INCRA, a implantação dos assentamentos rurais no município ocorreu entre 1986 e 1999. Ainda assim, na década de 1990 ocorreu uma diminuição da população rural. No contexto de Araruna isso pode estar associado aos longos períodos de estiagens que assolaram o município na referida década, além de dois dos fatores que promovem o êxodo rural: a falta de subsídios e incentivos do governo para que os indivíduos permaneçam no campo e/ou os atrativos da cidade, como o fácil acesso a postos de saúde, escolas, supermercados etc.

No que concerne à população com vínculos empregatícios formais, em 2020 verificou-se 1.289 pessoas nessa condição, com um salário médio mensal de 1,8 salários-mínimos, onde

apenas 6,3% da população encontra-se ocupada, isso indica um baixo índice de trabalhadores formais o que contribui para uma situação econômica municipal desfavorável. A renda per capita de 52,3% das pessoas de Araruna é de até 1/2 salário-mínimo, o que a colocava na posição 69º dentre os 223 municípios da Paraíba (IBGE, 2010). O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 185.540.000,79 e o PIB per capita é de R\$ 9.067,14, na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 52º e 164º, respectivamente (IBGE, 2020).

De acordo com dados do IBGE (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Araruna é 0,567, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599), ocupando a posição 157º dentre os municípios do estado. Os dados do gráfico 1 evidenciam o aumento contínuo no IDHM que passou de 0,267 em 1991 para 0,381 em 2000, atingindo 0,567 em 2010. Desse modo, ocorreu uma taxa de crescimento de 48,82% na última década.

**Gráfico 1:** Índice de desenvolvimento Humano Municipal de Araruna-PB.



**Fonte:** IBGE (2010).

Inicialmente a economia do município de Araruna estruturou-se a partir da cultura do café, do sisal e do algodão herbáceo, ainda assim, a sua base é a agricultura de subsistência e a pecuária (RODRIGUEZ, 2001). Dentre os produtos agrícolas cultivados o de maior relevância econômica foi a produção do feijão que abastecia o mercado interno e os excedentes eram destinados a outros municípios. Dessa forma, entre 1970 e 1980 o município estava entre os maiores produtores de feijão do estado (MOREIRA; TARGINO, 1996).

De acordo com Rodrigues (2001), o maior fornecedor de empregos urbanos em Araruna era o comércio. No entanto, esse setor se encontra estagnado, não possui capacidade atrativa



para o público consumidor das cidades circunvizinhas e, muitas vezes, nem sequer do município, isso decorre da perda da força de centralização, com o desenvolvimento de cidades da região. Assim, o consumidor que anteriormente buscou o comércio de Araruna, na atualidade, destina-se a cidades como Solânea-PB e Guarabira-PB. Além disso, como fator contribuinte para a estagnação do comércio local, podemos citar o aumento das compras no comércio eletrônico.

Atualmente, de acordo com dados do censo agropecuário (2017) os estabelecimentos agropecuários de Araruna ocupam uma área de 16.604 hectares, dos quais 581 hectares são destinados ao cultivo de lavouras permanentes e 2.491 para as lavouras temporárias. Na cultura permanente produz-se maracujá. Nas lavouras temporárias o município é produtor de: fava, feijão fradinho, feijão preto, feijão verde, mandioca, milho e palma forrageira. Na pecuária encontram-se asininos, bovinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.

No momento atual a prefeitura de Araruna está investindo em ações para a divulgação das atrações turísticas locais com o intuito de dinamizar a economia. Araruna detém de grande potencial turístico, com atrativas paisagens naturais e culturais, como o Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB), o Canyon Macapá, o Canyon da Serra Verde, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição (a segunda maior igreja do estado) e a Fazenda Maquiné (conjunto histórico arquitetônico) esses são alguns dos pontos turísticos que compõem o mapa turístico do município.

O PEPB foi criado através do Decreto Estadual n.º 20.889 de 7 de fevereiro de 2000, trata-se de uma Unidade de Conservação criada com objetivo de preservar a natureza, além de impulsionar o turismo local. O PEPB é atrativo para diversos públicos, pois engloba várias categorias turísticas. Segundo Cavalcante (2012, p.95) há a predominância de “quatro segmentações turísticas: o turismo ecológico, o turismo de aventura, o turismo religioso e o turismo educacional.” O PEPB está localizado no território Paraibano, porém o acesso é mais fácil pelo município de Passa e Fica-RN. Para potencializar a contribuição econômica para Araruna, está sendo realizada a pavimentação da Rodovia PB-107, no segmento do entroncamento da Rodovia PB-125 até o PEPB.

A implantação do campus VIII da UEPB em 2010 foi um relevante mecanismo para a economia do município, uma vez que, os cursos de Engenharia Civil, Física e Odontologia são oferecidos na modalidade integral e atraem estudantes de diversos estados brasileiros, gerando a necessidade de os alunos residirem na cidade. Assim, além de movimentar o mercado imobiliário com a inflação dos aluguéis, movimentam outros setores da economia como supermercados, restaurantes, bares etc., gerando empregos diretos e indiretos para a população ararunense.

Além disso, os cidadãos também são vinculados ao poder público, admitidos por quatro concursos públicos desde a emancipação, ou por cargos comissionados, nota-se grande dependência dos empregos gerados pelo poder público. Ademais, de acordo com a Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano do município, cerca de 3 mil famílias são dependentes dos programas governamentais de transferência de renda. Segundo Azevedo (2019, p. 16) “municípios de porte pequeno como é o caso de Araruna são quase totalmente dependentes das transferências de impostos, notadamente federais como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios e das transferências dos Governos Estaduais (ICMS).”

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo, serão abordados acontecimentos históricos que contribuíram para a atual configuração da questão agrária no Brasil. Para tanto, será discorrido sobre a constituição da concentração fundiária, o movimento da luta pela terra, as legislações referentes à implementação da reforma agrária, e por último, a discussão da sucessão geracional na agricultura familiar.

### 4.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a concentração fundiária surgiu nos primórdios da colonização, uma vez que durante o sistema das capitanias hereditárias ocorreu a implantação do regime de sesmarias que consistia no direito de posse para aqueles que almejavam cultivar a terra. “No entanto, no período de colonização apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito” (MIRALHA, 2006, p. 152). Sendo assim, o sistema de sesmarias funcionou como um relevante mecanismo para a instauração da concentração de terras e da desigualdade social no país.

A finalidade da distribuição de terras proporcionada pelas sesmarias era promover a produção, sobretudo, o cultivo da monocultura para a exportação. Assim, uma limitada fração da população dispunha de recursos econômicos para produzir nessas propriedades. Dessa forma, o sistema sesmarial propiciou a formação de um pequeno número de grandes propriedades, e assim se originaram os latifúndios brasileiros. De acordo com Guimarães (1968), citado por Correia (2011), latifúndios são definidos como:

[...] unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968, p. 223-224, apud CORREIA, 2011, p.79).

Um levantamento de dados realizado pelo Censo Agropecuário de 2017 evidencia a disparidade entre a área ocupada pelos latifúndios e área ocupada pelos minifúndios no Brasil:

[...] estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 82,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área. Enquanto os estabelecimentos com mais de 2 500 hectares representavam 0,3% do total de estabelecimentos e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do país. (ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO/IBGE, 2020, p. 47).

Desse modo, os dados indicam que mais de cinco séculos após a colonização do país a estrutura fundiária permanece demasiadamente concentrada. Além do sistema de sesmarias, pode-se citar como fator contribuinte para a atual configuração agrária do país a Lei de Terras de 1850, “que implantou definitivamente a propriedade privada no Brasil e regulamentou o comércio da terra, ou seja, transformou a terra em uma mercadoria à qual só tinha acesso aqueles que tivessem condições para adquiri-la” (FERREIRA, 2016, p. 16). Dessa forma, quando o cenário mundial indicava a abolição da escravatura foi criada a Lei de Terras pela elite brasileira com o propósito de garantir que os pretos e os pobres não conseguissem ter acesso à terra.

A partir da privatização da terra e do sancionamento da lei áurea começou a luta dos trabalhadores escravizados pelo acesso à terra. Nesse momento as melhores terras já estavam sob o domínio dos capitalistas. Sendo assim, essa população se estabeleceu no interior do país para se dedicar a atividades de produção agrícola de subsistência. Para Coggiola (2007) entre 1850 e 1930 ocorreu a consolidação do latifúndio brasileiro.

De acuerdo con la "Ley de la Tierra", editada por Dom Pedro II, sólo tenía derecho a la tierra quien tuviese como comprarla de la corona portuguesa. Se consolida de esta forma el latifundio. Con el decorrer del tiempo, ya en la Vieja República, alrededor de 1920, 4,5% de aquellos que podían comprar, poseían prácticamente la mitad de las propiedades rurales del país El Ministerio de Agricultura fue creado en 1930 y em el periodo del Gobierno Vargas todas las cuestiones agrarias no fueron prioridades, la legislación laboral creada en el Estado Nuevo sólo daba cobertura a los trabajadores que actuaban en el área urbana. (COGGIOLA, 2007, p. 3-4).

Na segunda metade do século XX, durante a ditadura militar foi introduzida uma modernização agropecuária baseada no modelo da Revolução Verde. Esse modelo produtivo é caracterizado por um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas, baseado no uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizantes sintéticos e da mecanização agrícola (SERRA *et al.*, 2016). Essa revolução foi implantada por meio de subsídios governamentais fornecidos aos grandes proprietários de terras, esse processo ficou conhecido por modernização conservadora, pois o objetivo foi unicamente econômico, sem considerar as consequências sociais. Nessa perspectiva, Sauer (2010) afirma:

O apoio à modernização do latifúndio deu ao programa seu caráter conservador. Os incentivos possibilitaram a modernização da produção agropecuária (mecanização, aumento da produção e produtividade, competitividade no mercado exportador), mas mantiveram e ampliaram a má distribuição da propriedade da terra e, conseqüentemente, aprofundaram um modelo excludente e concentrador no país. (SAUER, 2010, p. 30).

Assim, a questão agrária tem como agentes principais a agricultura familiar e o agronegócio, esses elementos possuem diferentes formas de organização e de produção. O agricultor familiar tem no espaço rural o seu trabalho e moradia de modo que produz alimentos para o consumo da família e com os excedentes, abastecem as feiras locais, adquirindo assim sua renda. Nesse sentido, “a agricultura familiar é responsável por boa parte dos alimentos consumidos no Brasil – produz, por exemplo, cerca de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz em casca, 38% do café e 21% do trigo nacional” (SAMBUICHI *et al.*, 2014, p. 92).

No entanto, o agronegócio se constitui a partir da concentração de terras, da exploração agrícola por meio de maquinaria pesada e da produção de monocultura em grande escala (objetivando abastecer o mercado externo) com o auxílio de técnicas e instrumentos provenientes da revolução verde. A combinação desses elementos referentes ao agronegócio intensifica uma série de problemas, como a destruição do meio ambiente, a exclusão social e a concentração de renda (CRUZ, 2017).

Na realidade brasileira, o agronegócio, na última década, tem se destacado com a expansão da produção agropecuária e o aumento das exportações de commodities e tem como características principais o uso intensivo de tecnologias, de pesquisas científicas inovadoras e políticas oficiais de financiamento (COSTA; VIANA, 2022, p. 114).

No que concerne as políticas de financiamento Leite e Wesz (2014) afirmam que a política de crédito rural brasileiro ainda possui um perfil fortemente concentrador em número de estabelecimentos beneficiados, em termos geográficos, com predominância de favorecidos nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, e no perfil de cultivo dessas propriedades, uma vez que a soja é o principal produto financiado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Grisa *et al* (2017) ao analisarem a capacidade do Estado implementar programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), concluíram que apesar de não atender integralmente as necessidades da agricultura familiar o Pronaf é a política mais estruturada financeiramente e atende cerca de 97% dos municípios brasileiros. Já o PAA é um programa considerado pequeno e apresenta frágeis capacidades financeiras. Concluíram ainda, que o PNPB se mostrou insuficiente para promover a inclusão produtiva da agricultura familiar e a diversificação de oleaginosas.

As políticas agrárias brasileiras não consideram as especificidades da agricultura familiar. As estratégias de desenvolvimento rural elaboradas para atender as demandas dos grandes

estabelecimentos exportadores são as mesmas aplicadas para os agricultores camponeses. Além disso, a política agrária brasileira considera o desenvolvimento rural como o cultivo de culturas altamente utilizadoras dos pacotes tecnológicos da revolução verde para abastecer o mercado externo. Sendo assim, até mesmo as políticas agrárias desenvolvidas para a agricultura familiar se fundamentam no discurso do agronegócio (SILVA; SANTOS, 2018).

Para Costa e Viana (2022, p. 117) o agronegócio “ao tempo em que promove a grande produção para o mercado externo, contrapõe-se às necessidades da agricultura familiar.” Desse modo, podemos inferir que as políticas de financiamento agrícola desenvolvidas no Brasil favorecem as grandes empresas de monocultura exportadora, de modo que a unidade familiar permanece ocupando uma posição secundária em relação ao latifúndio.

Dessarte, a questão agrária é uma discussão ampla e complexa que abrange uma multiplicidade de problemas que ocorrem no campo, como a concentração de terras, o monopólio, a exploração capitalista, e a desigualdade social (FELICIO, 2011). A gênese dessa problemática resulta da concentração fundiária que se perpetuou por representar o interesse da elite rural em manter inalterada a estrutura agrária do país, por consequência há a permanência da desigualdade social no campo brasileiro.

Do Brasil Colônia ao Brasil República há uma longa história de marginalização da agricultura de subsistência. Desde a expulsão dos povos indígenas do seu território até a expropriação de terras de pequenos agricultores, viabilizada pela modernização conservadora e pela industrialização do campo, os excluídos do acesso à terra resistiram. Dessa forma, a luta pela terra iniciou-se ainda no período de colonização, entretanto, só obteve visibilidade a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento dos movimentos sociais do campo que reivindicam a reforma agrária.

#### 4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

No final do século XIX surgiram as primeiras formas de organização dos camponeses e, conseqüentemente, os primeiros conflitos sociais no campo. Entretanto, abordaremos a resistência camponesa com início no século XX, principalmente, os acontecimentos a partir de 1950.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) considerava que cada categoria de trabalhadores do campo precisava de uma organização específica. Por conseguinte, para o setor camponês foram criadas as Ligas Camponesas em 1945 que em poucos meses se propagaram por vários estados do país. Dentre as ações exercidas pelas Ligas destaca-se o fornecimento de assistência jurídica aos seus associados, em ações judiciais relacionadas com violências praticadas pelos

fazendeiros e no empenho de seus advogados em estabelecer melhores condições de arrendamento. No entanto, após ser decretada a ilegalidade do partido em 1947, ocorreu o fechamento dessas Ligas (SANTOS, 2005).

A modernização conservadora (processo iniciado na década de 1960) promoveu a expropriação de terras e, conseqüentemente, a expulsão dos camponeses do campo, ocasionando o êxodo rural de milhares famílias para as periferias urbanas. A partir disso, se intensificaram os movimentos sociais que buscam o reconhecimento da posse da terra como um direito humano e reivindicam a realização da reforma agrária. Segundo Sauer (2010, p. 38), “a luta pela terra é um processo social, político e econômico que abarca um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e do poder.”

Durante a segunda metade do século XX o Brasil foi marcado pelos conflitos agrários. Os camponeses sem terra, majoritariamente, parceiros e arrendatários de grandes propriedades, ameaçados de expulsão, com o auxílio de lideranças urbanas se organizaram por meio de movimentos sociais para lutar pelo acesso à terra por meio da reforma agrária. Acerca da luta dos camponeses Oliveira (2001) elucida:

[...] os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2001 p. 189).

De acordo com Moraes (2012), em 1955 ocorreu a constituição das Ligas Camponesas enquanto movimento camponês no estado de Pernambuco. Em seguida, foi organizado o Conselho Regional das Ligas Camponesas e na presidência estava o deputado Francisco Julião, importante figura para a assistência jurídica dos agricultores. Nesse momento, a reforma agrária já era pregada pelas Ligas, entretanto, não havia um programa agrário definido e os membros não tinham uma noção explícita sobre a reforma agrária que reivindicavam para o Brasil.

Na Paraíba, o movimento das Ligas Camponesas começou na cidade de Sapé, através de João Pedro Teixeira que se tornou o principal líder camponês do estado. Dessa forma, formou-se um pequeno grupo de agricultores que começou a fazer visitas e frequentar as feiras com o intuito de realizar pequenos comícios improvisados, encorajando os camponeses a buscarem os seus direitos. Em 1958, foi oficialmente criada a Liga Camponesa de Sapé, nomeada Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé que em três anos de fundação, já reunia 15 mil camponeses (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011). Além da luta pela reforma agrária, o movimento tinha por objetivo lutar contra o cambão, fornecer assistência jurídica aos camponeses, defender os direitos trabalhistas, oferecer proteção ao camponês

contra as agressões físicas, disponibilizar serviços de saúde e combater o analfabetismo (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2013).

Segundo Morais (2012), em poucos anos as Ligas Camponesas ganharam repercussão nacional e em 1962 já haviam se expandido por 18 dos 22 Estados brasileiros. Já no início de 1964 agregavam, nacionalmente, entre 70 e 80 mil pessoas. Dentre os fatores que influenciaram na expansão das Ligas destaca-se a ampliação das liberdades democráticas no país durante o governo Kubitschek e Goulart. No entanto, com o início da ditadura militar ocorreram muitas ações contra os camponeses que foram determinantes para o fim das ligas, como: ameaças, prisão e assassinato de lideranças. Dessa forma, as Ligas Camponesas funcionaram legalmente apenas entre 1955 e 1964.

Durante o regime militar, em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização da igreja católica que tem por objetivo auxiliar na defesa dos direitos dos camponeses, disponibilizando um serviço de conscientização acerca dos seus direitos e apoiando na luta pela reforma agrária. No documento de sua criação destacava-se a importância de divulgar as leis existentes relacionadas à reforma agrária. Desde a sua fundação o trabalho desenvolvido pela CPT está voltado para a promoção dos direitos humanos. Nesse sentido, desde 1985 a CPT publica relatórios anuais acerca da violência que atinge os camponeses no campo brasileiro (POLETTI, 2010).

Na Paraíba há uma histórica atuação da Igreja Católica no campo, primeiro por meio da Animação dos cristãos no Meio Rural, do Movimento de Evangelização Rural e da Pastoral Rural que, posteriormente, em 1988 transformou-se em CPT, tornando-se o protagonista das lutas no campo no estado. A CPT da Paraíba se diferencia das outras distribuídas pelo país por se caracterizar como integrante das lutas no campo, além disso, a administração não é só da arquidiocese, mas também das dioceses do estado que possuem secretarias: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

De acordo com Mitidiero Júnior (2008), em Guarabira (região imediata na qual Araruna localiza-se) a transformação da Pastoral Rural em Pastoral da Terra foi articulada pelo padre italiano Luiz Pescarmona em concordância com o Bispo Diocesano, Dom Marcelo Carvalheira. O envolvimento na defesa da luta pela terra na diocese de Guarabira desenvolveu-se a partir do conflito na fazenda Calabouço em Araruna-PB.

A luta iniciou em uma área chamada Calabouço, no município de Araruna, no dia do sepultamento de Margarida Maria Alves. Dom Marcelo estava viajando, e por Margarida estar muito ligada à diocese e a essa região, Dom Marcelo delegou ao padre Luiz, que foi o fundador da Pastoral Rural, que hoje é um grande assessor da nossa CPT, para ir celebrar a missa de corpo presente de Margarida. Quando Padre Luiz



voltava dessa missa, ele foi até a casa de Dom Marcelo, onde fazia suas refeições, e lá tinha uma carta de uma mulher, de uma lavradora, dona Antônia, contando a dor e a escravidão daquela fazenda chamada Calabouço. Aí ele tomou a iniciativa de visitar essa comunidade, é aí que começa [...]. Na diocese Guarabira, os padres e os bispos fizeram uma greve devido a prisão de um lavrador dessa área. Decidiram que, enquanto esse rapaz de Calabouço estivesse preso, não iam celebrar nem missa nem sacramento nem batizado, casamento, nada. Então os padres e os bispos cruzaram os braços. Isso foi mais ou menos um ano depois da morte de Margarida (Entrevista com o diácono Severo, por MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 322).

Os camponeses mencionados na entrevista com o Diácono Severo continuam residindo em Calabouço. Dona Antônia e o lavrador preso, o senhor Antônio Batista, são irmãos e ambos foram entrevistados durante o desenvolvimento desta pesquisa. A luta de Calabouço, assim como a maior parte dos conflitos agrários que receberam o apoio da diocese de Guarabira, foi a luta pela permanência na terra, a resistência contra a expulsão dos fazendeiros.

Já ao final do regime militar surge o principal movimento camponês da atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi oficialmente criado em 1984 objetivando lutar para a realização da reforma agrária. O MST foi organizado de modo que em poucos anos foi difundido por todas as regiões do país e é reconhecido internacionalmente pela organização da luta pela terra. Uma das principais formas de resistência do MST é a ocupação como forma de acesso à terra, além da organização de marchas, manifestações e ocupação de prédios públicos. Nesse sentido, as primeiras ocupações de terras atribuídas a esse movimento aconteceram em 1979 na região sul do país, e na Paraíba ocorreram em 1989 (FERNANDES, 2010).

O fundador do MST, João Pedro Stédile por ter vínculos com a Igreja Católica participou da CPT e destaca a importância desse órgão para a fundação do movimento, uma vez que a CPT foi responsável pelo trabalho de conscientização dos camponeses e dessa forma foi determinante para a organização dos camponeses em outros movimentos. (Entrevista com Stédile, Estudos Avançados, 1997).

As referidas entidades foram essenciais no fornecimento de assistência aos trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade social. Esses movimentos foram responsáveis pela tomada de consciência dos camponeses para a reivindicação de seus direitos básicos. Além disso, foi a partir do surgimento desses órgãos que a luta pela reforma agrária alcançou visibilidade nacional e assim ganhou espaço nas pautas políticas do país. Nesse sentido, pode-se atribuir a criação da política de assentamento aos movimentos de luta pela terra.

### 4.3 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A partir da segunda metade do século XX foram formuladas diferentes legislações acerca da realização da reforma agrária, essa é uma política pública utilizada como instrumento para distribuição de terras entre os camponeses sem terra, criada em decorrência das reivindicações dos trabalhadores rurais. Para Fernandes (2008) a política de reforma agrária antes de ser uma ação do estado é uma ação dos movimentos sociais de luta pela terra, pois sem eles não há reforma agrária. Trata-se de uma política territorial que auxilia na atenuação da questão agrária.

No início da década de 1960, em decorrência do alto índice de conflitos agrários originados no campo brasileiro na década anterior, havia uma pressão dos movimentos sociais para a efetivação da reforma agrária. Nesse momento, em 1963, durante o governo de João Goulart foi formulado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963) que proporcionava um conjunto de direitos aos trabalhadores rurais, além de tornar possível julgarem-se os conflitos fundiários como trabalhistas (FERNANDES, 2020). Em 1964 o presidente anunciou a formulação de um projeto de lei de reforma agrária que causou insatisfação a classe dominante, que uniu forças políticas para efetuar “o golpe militar que, entre outras coisas, visava combater a reforma agrária radical propugnada pelas Ligas Camponesas e pelos comunistas” (STEDILE, 2012, p. 150).

Desse modo, no início do regime militar a discussão sobre a execução da reforma agrária estava no ápice. Nesse contexto, ainda em 1964 foi elaborado o Estatuto da Terra, a primeira lei de reforma agrária do Brasil, estabelecendo os objetivos e os meios para a concretização dessa política pública. Nesse período os camponeses adquiriram direitos ao mesmo tempo em que os movimentos e sindicatos eram desestruturados pelos militares por meio da prisão e assassinato de lideranças. Além disso, a política agrícola adotada pelo governo militar era fundamentada na revolução verde, por isso o propósito não era aplicar o que emitia o Estatuto, e sim, controlar os conflitos por terra no país. Ainda com objetivo de contornar esse problema, o governo implantou projetos de colonização na Amazônia, mas não houve relevância para solucionar a questão nas outras regiões do país (FERNANDES, 2010).

De acordo com Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009, p. 160), “nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra, foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização. A concentração fundiária cresceu.” Sintetizando, o Golpe Militar de 1964 além de derrotar o movimento pela Reforma Agrária

implantou a modernização técnica da agropecuária brasileira. Dessa forma, a questão agrária só ressurge na agenda política no período de redemocratização do país.

Na “Nova República” o tema reforma agrária voltou a ganhar visibilidade. Assim sendo, em 1985, o presidente José Sarney apresentou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a meta de assentar 7,2 milhões de camponeses em 15 anos, esse período seria dividido em quadriênios de modo que no primeiro deles a meta era a redistribuição de terras para 1,4 milhão de camponeses (MOREIRA, 1986). Entretanto, ao final do primeiro período estabelecido para a implantação do I PNRA foram assentadas somente 85 mil famílias ao mesmo tempo que o êxodo rural aumentou significativamente (MATTEI, 2012).

O I PNRA incluía tópicos anteriormente abordados no Estatuto da Terra, dentre eles: “a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações” (ROCHA; CABRAL, 2016 p. 80). No entanto, em decorrência da pressão exercida pela bancada ruralista a efetivação do plano foi suspensa.

Em seguida, a Constituição Federal de 1988 legitima a função social da terra, conceito originado no estatuto da terra, além de estabelecer os objetivos e como seria efetuada a reforma agrária no país. Apesar disso, com o objetivo de impossibilitar a reforma agrária imediata, a bancada ruralista fez constar na constituição um texto que discorre acerca da necessidade de uma lei complementar para regulamentar as desapropriações, essa lei nº 8629, que só foi aprovada em 1993, ainda assim os ruralistas conseguem controlar as desapropriações (FERNANDES, 2010).

Para Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009) no que concerne às leis direcionadas à realização da reforma agrária a Constituição Federal é considerada um retrocesso, pois os parâmetros definidos foram inferiores ao Estatuto da Terra. O texto constitucional deixou a realização da reforma agrária subordinada a vontade política dos governantes, de modo que propicia a possibilidade de realizar-se apenas uma política de assentamentos. Além disso, a constituição determina a indenização com preservação do valor real para as desapropriações, e conseqüentemente, favorece os latifundiários.

Ao não atender aos principais requisitos para democratizar o acesso à terra no país, a Constituição de 1988 contribuiu para perpetuar a injusta distribuição fundiária brasileira, o que favorecia justamente aqueles que não queriam abrir mão de qualquer fatia de seus privilégios: os latifundiários (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2009, p. 182).

Em 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi elaborado o II PNRA, e dessa vez introduziu-se a participação de membros do MST, em decorrência disso, havia grande expectativa para a efetivação da reforma agrária de acordo com os interesses defendidos pelos movimentos sociais. “Os objetivos do II PNRA tinham uma visão ampliada da reforma agrária, os direitos sociais dos trabalhadores rurais foram reconhecidos, e percebeu-se que além da terra estes precisavam também de condições mínimas para continuarem a se manter nela” (ROCHA; CABRAL, 2016 p. 83).

De acordo com Mattei (2012), durante os dois mandatos do presidente Lula, entre 2003 e 2010, foi realizada a criação de assentamentos rurais, principalmente, nas áreas que havia conflitos agrários, mas o II PNRA assim como as políticas públicas anteriores não foi efetivamente implementado. Além disso, no primeiro mandato investiu-se na qualificação dos assentamentos rurais existentes com o objetivo de proporcionar melhores condições àqueles que estavam em situação de precariedade.

[...] durante o governo Lula foram assentadas 640.860 famílias, sendo que 413.471 delas foram assentadas nos 3.630 PAs criados no período entre 2003 e 2010, ou seja, apenas 65% das famílias assentadas durante o governo Lula o foram em PAs criados durante seu governo. Em grande parte, essas informações revelam a própria política adotada naquele período, ou seja, sob o discurso da necessidade de melhorar a qualidade da reforma agrária, buscou-se reestruturar boa parte dos assentamentos já existentes (MATTEI, 2012, p. 319-320).

Mattei (2012) diferencia a reforma agrária e a política de assentamentos implantada no Brasil. A reforma agrária trata-se de uma transformação radical na estrutura agrária, de modo que proporcione a distribuição igualitária de terras entre os cidadãos. Enquanto a política de assentamentos funciona como instrumento para a apaziguação de áreas que contém conflitos por terras, e não tem potencial para promover transformações na estrutura agrária de um país, e isso é o que ocorre no Brasil.

Nesse sentido, torna-se difícil falar em reforma agrária no Brasil no cenário atual. Por um lado, verifica-se que o governo tenta equacionar a questão agrária através de uma política de assentamentos que nem sequer é capaz de abrandar os efeitos perversos do modelo de desenvolvimento agropecuário, que somente na última década do século XX expulsou mais de 500 mil pequenos proprietários do meio rural. Por outro, nota-se que a maioria dos assentamentos que foram e estão sendo realizados é muito mais fruto da ação direta dos trabalhadores rurais ocupando terras do que o resultado de uma política ativa de governo voltada aos interesses das classes agrárias desfavorecidas do meio rural através de uma intervenção ampla e abrangente sobre a estrutura agrária do país (MATTEI, 2012, p. 309-310).

Desse modo, através de mobilizações que reivindicam a reforma agrária e da resistência às repressões no campo, os trabalhadores rurais alcançaram a criação da política de assentamentos rurais, denominada de reforma agrária conservadora. Para Bergamasco e Norder

(1996, p.7) “[...] assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.”

De acordo com dados do INCRA (2017), há cerca de 1 milhão de famílias instaladas em mais de 9 mil assentamentos no país. Na Paraíba foram criados 314 assentamentos nos quais se encontram 14.645 famílias. Já em Araruna-PB há 10 assentamentos e 293 famílias assentadas. No entanto, Fernandes (2020) explica:

A Reforma Agrária deve ser entendida como um processo mais amplo, que vai além da aquisição de terra, incluindo também condições que permitam nela se trabalhar com dignidade, tais como: a assistência técnica, crédito rural diferenciado, pesquisa agropecuária e atividades de promoção social como o acesso à saúde e educação, fazendo com que o agricultor seja inserido na sociedade (FERNANDES, 2020, p.61).

No geral os assentamentos rurais brasileiros são caracterizados por infraestrutura precária, vulnerabilidade em serviços públicos e assistência técnica. Dessa forma, muitas vezes torna-se inviável permanecer nesses espaços e mais uma vez os camponeses saem do campo em busca de melhores condições de vida. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 10) “[...] após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.”

Atualmente, o MST é o principal movimento social camponês do Brasil. Nesse sentido, faz-se necessário expor a concepção do movimento acerca da reforma agrária. O MST defende uma reforma agrária popular que além de redistribuir a propriedade da terra propicie a produção de alimentos saudáveis para a população. Além disso, esclarece que para que a implantação desse programa de reforma agrária seja possível necessita de dois fatores: mobilização popular e ação do estado (MST, 2013).

Entendemos que a Reforma Agrária Popular é aquela em que, além de buscar redistribuir a terra em todo o país, assume a missão de produzir alimento saudável para o povo brasileiro; conservar os bens comuns dos povos; criar territórios de enfrentamento à toda forma de violência e com novas relações sociais, fundamentadas nos valores humanistas (SITE OFICIAL DO MST, 2023).

Desse modo, é imprescindível ressaltar que atualmente, no Brasil, há apenas uma política de assentamentos rurais que se caracteriza como a primeira etapa de um lento processo para a efetivação de uma ampla reforma agrária no país. Diante da discussão apresentada é possível afirmar que “há um descompasso entre os anseios dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária e a forma como esta vem sendo encaminhada pelo Estado, pois não atende às

reivindicações dos agricultores que vão além da distribuição de terras.” (FERNANDES, 2020, p. 61). Posto isso, faz-se necessária a implantação da Reforma Agrária almejada pelos camponeses para que assim seja viável promover a diminuição das desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira. Dessa forma, será possível proporcionar desenvolvimento social e econômico a população historicamente marginalizada.

#### 4.4 SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao analisar dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 constata-se que a população rural está em constante diminuição, uma vez que em 1991 24,53% da população brasileira residiam na zona rural, no censo realizado em 2000 ocorreu uma redução de 5,78% e o percentual atingiu 18,75% e em 2010 apenas 15,64% viviam em áreas rurais. Por isso, há uma preocupação com relação ao processo sucessório da produção agrícola nas propriedades familiares. Para Savian (2014 p. 99) “a sucessão geracional pode ser entendida como a criação de uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento agropecuário, sendo a constituição de sucessores para a unidade de produção familiar”.

Para Matte e Machado (2017, p. 134) “[...] é por meio da característica referente à passagem do patrimônio e da gestão do estabelecimento familiar ao longo das gerações que a agricultura familiar assegura a sua reprodução social ou a sua continuidade”. Sendo assim, ao propiciar a administração do patrimônio pela próxima geração, o processo de sucessão garante a continuidade das funções produtivas e sociais das propriedades familiares.

Historicamente, o conhecimento sobre a agricultura é transferido de pais para filhos. Assim, a sucessão geracional na agricultura familiar é uma tradição cultural, na qual até a década de 1970 a figura paterna era responsável por definir o filho que administraria e daria continuidade ao trabalho desenvolvido na propriedade rural, por via de regra, um filho do sexo masculino, o mais novo ou o mais velho deles (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015). O favorecimento de apenas um herdeiro para ocupar essa função se dava em decorrência, na maior parte dos casos, da insuficiência de espaço na propriedade familiar. Nesse período, “na sucessão, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também o interesse do filho de tornar-se um agricultor.” (SPANEVERELLO, 2008, p. 52).

A partir do processo de modernização da agricultura e da sociedade, ocorreram mudanças no processo de sucessão geracional de modo que não há mais a obrigatoriedade de a geração atual assumir essa responsabilidade, existe a autonomia de um filho definir o seu

projeto de vida que pode envolver ou não a permanência no campo (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015). Para Cordeiro (2009) essa mudança na sucessão está relacionada à redução do número de filhos por família e pela individualização dos interesses dos jovens contrariamente ao interesse familiar.

Spanevello (2008) afirma que os impactos da modernização da agricultura no modo de reprodução social dos agricultores familiares provocaram a inserção dessa classe na lógica de produção capitalista. Ao tornar os agricultores subordinados aos critérios produtivos dos mercados impossibilitou-se a produção dos pequenos produtores. Por isso, o autor considera que esse conjunto de circunstâncias são um dos fatores responsáveis pela mudança na sucessão dos agricultores familiares.

Para Kischener, Kiyota e Perondi (2015), dentre os principais fatores que influenciam o processo de sucessão geracional estão: a questão de gênero visto que há a preferência de um filho em detrimento de uma filha para a sucessão familiar. Por isso, o futuro das jovens era destinado ao casamento ou aos estudos, favorecendo a oportunidade de empregos urbanos; a questão da renda também é um fator determinante, pois os jovens consideram uma vantagem da zona urbana a segurança de uma remuneração mensal e direitos trabalhistas, em decorrência disso o meio urbano tornou-se mais atrativo para essa geração. Por consequência, o projeto de vida dos jovens do campo passa a se impor ao dos seus pais.

Ficar no campo não é mais atrativo do ponto de vista de quem deve despender muito esforço físico e não tem as “regalias” da jornada de trabalho de oito horas, como em muitos empregos urbanos. Esta é uma queixa constante de quem ainda vive no campo, ou seja, que as tarefas cotidianas não são limitadas no tempo ou automatizadas, principalmente, se o estabelecimento estiver associado à produção animal (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015, p. 9).

De acordo com Savian (2014), a ausência de jovens no campo representa um risco para a reprodução da agricultura familiar, uma vez que os filhos dos agricultores são os seus prováveis sucessores. Nesse sentido, a sucessão geracional é imprescindível para a continuidade desse modo de produção e para a reprodução social dessa classe.

Para Pertinari, Tereso e Bergamasco (2008) as causas motivadoras para que os jovens do campo migrem para o meio urbano envolvem o tamanho das propriedades que na maior parte são insuficientes para abrigar todos os filhos, a falta de mecanismos para dinamizar a renda familiar e o desfavorecimento da política agrícola para essas propriedades. Esses fatores contribuem para a tomada de decisão dos jovens em buscarem novas oportunidades nas grandes cidades. Acerca das causas motivadoras para o abandono do campo Savian (2014) afirma que:

A decisão e ação dos jovens da agricultura familiar ocorre inserida em um contexto social visando metas econômicas, mas não só essas, como também a aprovação, poder, sociabilidade, entre outras. As rendas obtidas pela família influenciam na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair. Este é um fator muito importante, mas não único, pois vários outros influenciam, como a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero, entre outros. Por fim, defende-se que a decisão e a ação se dão inseridas em um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, no qual tanto dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas) como as peculiaridades do local podem influenciar na permanência ou não dos jovens no campo (SAVIAN, 214, p. 105).

Desse modo, a preferência dos jovens por outros trabalhos em detrimento do trabalho agrícola associado ao êxodo rural dos herdeiros causa uma instabilidade no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. Por conseguinte, algumas propriedades familiares acabam sem sucessores. “Neste sentido, as terras sem sucessores acabam sendo vendidas para pessoas que desenvolvem a produção de gado de corte, fomentando o processo de especulação imobiliária.” (CORDEIRO, 2009, p. 550).

Ao analisar a realidade da sucessão nos assentamentos rurais percebe-se que a estagnação econômica é um dos fatores contribuintes para migração dos jovens. Nesses espaços, há a ausência de políticas públicas efetivas para a manutenção dos jovens no campo. Além disso, os tamanhos dos lotes geralmente são pequenos, de modo que não é capaz de abrigar a família de mais de um herdeiro.

De acordo com Fancioni e Pereira (2015), apesar de o projeto de assentamento ter o objetivo de proporcionar a reprodução da unidade familiar, atualmente os herdeiros não estão ocupando a função de dar continuidade ao trabalho no campo. Sendo assim, eles têm optado por abandonar o meio rural e dessa forma permanece no campo apenas a população envelhecida que não tem condições de continuar nos trabalhos agrícolas.

Isso também decorre do fato de que a terra conquistada por meio da política de assentamentos possui diferentes significados para cada geração de assentados. Pois, para os titulares da terra é considerada um espaço de moradia e ao mesmo tempo de trabalho. No entanto, para a geração de jovens aquele espaço é considerado apenas como moradia, uma vez que não há terra o suficiente para produção. Mas ambas as gerações compartilham da concepção de que a terra deve ser administrada pelo núcleo familiar (CORDEIRO, 2009).

No estudo realizado por Costa e Ralisch (2013) foi identificado que muitos jovens desejam continuar no assentamento. Entretanto, em decorrência da limitação da renda familiar obtida na propriedade, esses jovens sentem a necessidade de buscar novas oportunidades no meio urbano almejando alcançar uma melhor condição econômica. Apesar de haver justificativa para essas migrações, isso ocasiona consequências negativas, pois:



O abandono do meio rural pelo jovem pode ameaçar a própria reforma agrária, principalmente nestes assentamentos que foram criados e que demonstram a incapacidade de manter a juventude no campo, interrompendo o processo sucessório e colocando em risco a continuidade e a existência do assentamento (COSTA; RALISCH, 2013 p. 424).

Diante dessa discussão pode-se afirmar que a saída dos jovens dos assentamentos pode estar associada a infraestrutura precária e a carência de assistência técnica nesses espaços. Portanto, torna-se necessário a intervenção dos órgãos governamentais mediante a criação de mecanismos que proporcionem desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida no campo, para que assim os jovens se sintam satisfeitos em permanecer no meio rural. Dessa forma, será possível garantir o processo de sucessão geracional e, conseqüentemente, a produção nas propriedades familiares.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será realizada uma breve abordagem acerca da formação dos assentamentos rurais no município de Araruna-PB. Posteriormente, afunilando ao objeto de estudo, será abordado o Assentamento Calabouço, popularmente conhecido como Varelo de Baixo, que faz parte da trajetória de luta pela terra em Araruna, efetuada por dezenas de trabalhadores rurais sem terras. Nos itens a seguir, analisa-se a trajetória da luta pela terra até a criação do Projeto de Assentamento, o perfil dos titulares, as características das unidades familiares e as perspectivas acerca da sucessão geracional.

### 5.1 A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA-PB

O Curimataú Oriental é reconhecido pela histórica combinação gado-policultura alimentar. Entretanto, a partir da década de 1970, através de estímulos fornecidos pelo poder público, ocorreu uma grande expansão da pecuária em toda a Paraíba. Cabe ressaltar, que a região de Araruna está entre os destaques estaduais no aumento do número de bovinos. Visto que a pecuária demanda uma menor absorção de mão de obra do que policultura, essa mudança acarretou a expulsão de trabalhadores, parceiros e arrendatários, gerando conflitos e intensificando o êxodo rural (MOREIRA; TARGINO 1996).

Moreira e Targino (1996) ao analisarem os conflitos por terra no agreste paraibano concluíram que o Curimataú Oriental foi uma das microrregiões que apresentaram o maior percentual de conflitos da mesorregião. Dentre os conflitos verificados em Araruna por Moreira (1997), 80% envolvem trabalhadores arrendatários. Dessa forma, podemos inferir que essa realidade é resultante do fortalecimento da pecuária nessa área nas décadas de 1970 e 1980.

A dinâmica dos conflitos por terra na Paraíba foi causada pela mudança nas formas de utilização do solo e nas relações sociais de produção. Já o processo de expulsão se inicia seja com a morte do antigo dono, quando a terra é subdividida entre os herdeiros ou por ocasião da venda da propriedade (MOREIRA; TARGINO, 1996).

Os conflitos agrários eclodiram em Araruna a partir da segunda metade do século XX, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990. Até esse período predominava o sistema de arrendamento de terras, por meio do pagamento em dinheiro. Os conflitos tiveram origem a partir de mudanças nas formas dos contratos de arrendamento, da venda dos imóveis sem que tenha sido dado o direito de preferência aos arrendatários e tentativas de expulsão para mudar a forma de exploração da terra (MOREIRA, 1997).

Desde que se iniciou o conflito na fazenda Calabouço, o primeiro identificado em Araruna, a Igreja Católica por meio da CPT realizou uma importante atuação na orientação e organização dos agricultores familiares nas reivindicações das desapropriações. Desse modo, as ações de resistência dos camponeses e todo o processo de luta para permanecer na terra ocorreram com a sustentação da Paróquia local e da Diocese de Guarabira.

De acordo com dados do INCRA (2017), a política de assentamentos rurais implementada no município de Araruna realizou-se de duas formas. A primeira é composta por sete assentamentos fundados pelo INCRA, Assentamento Federal (PA), são eles: Calabouço, Alto Grande, Umburana da Onça, Limão, Frei Damião, São José e Padre Luiz. E a segunda, formada por três assentamentos fundados pela antiga FUNDAP, atualmente representada pela Empresa Paraibana de Pesquisa e Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), Assentamento Estadual (PE) são eles: Serra Verde, Carnaúba e Varelo de Cima (quadro 1).

**Quadro 1:** Relação dos assentamentos rurais de Araruna-PB.

Assentamento	Área (ha)	Nº famílias assentadas	Capacidade famílias assentadas	Data de criação
PA Calabouço	486.3115	24	24	26/11/1986
PE Serra Verde	100	28	42	04/03/1993
PE Carnaúba	241.5713	49	57	04/03/1993
PE Varelo de Cima	165.6408	17	17	04/03/1993
PA Alto Grande	430	47	48	02/12/1996
PA Umburana da Onça	535	24	28	19/11/1997
PA Limão	810	40	40	08/05/1998
PA Frei Damião	210.378	6	6	21/12/1998
PA São José	424	25	25	28/12/1998
PA Padre Luiz	566	33	33	28/10/1999

**Fonte:** Adaptado do INCRA, 2017.

Verificou-se que em Araruna de 1986 a 1999 foram criados dez assentamentos rurais que ocupam uma área de 3.968,9016 hectares, com capacidade para abrigar 320 famílias. Essa área foi redistribuída para 293 agricultores familiares (quadro 2). Dessa forma, Araruna ocupa o quarto lugar entre os municípios da Paraíba com maior número de assentamentos (FERREIRA, 2016).

## 5.2 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CALABOUÇO

O proprietário do imóvel rural que deu origem ao Assentamento Calabouço era o senhor Haroldo Espínola de Oliveira, popularmente conhecido como Nhô Lima. Na fazenda Calabouço residiam cerca de 20 famílias camponesas na condição de arrendatários mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro. De acordo com o ANEXO A, o foro chegou a dois mil cruzeiros. Sob a administração do Sr. Nhô Lima o acordo era verbal e o pagamento era determinado pela quantidade de hectares utilizados. Até aquele momento não havia desavenças contratuais entre as partes. De acordo com uma das assentadas:

A gente morava, trabalhava e pagava. Nesse tempo se chamava arrenda, do preço que eles exigiam, era por hectare, por exemplo, se trabalhasse com duas hectares de roçado e ele dissesse que era 10 reais a gente tinha que pagar 20. E às vezes a gente não colhia nem o preço da arrenda que ele cobrava, mas tinha que arrumar e pagar e se não pagasse esse ano no outro ano a conta estava lá em pé pra pagar. (A. C., 79 anos, assentada. Entrevista realizada em 23 de março de 2023).

Após o falecimento do Sr. Nhô Lima o cenário se transformou, pois a área em que essas famílias moravam foi herdada por Ricardo Espínola de Oliveira Lima, um dos seus filhos. Posteriormente, o novo administrador decidiu vender a fazenda sem levar em consideração as consequências para a vida daquelas pessoas. Cabe destacar, que naquele momento muitas das famílias ali trabalhavam e moravam há pelo menos três décadas, por isso para esses indivíduos aquele era um lugar dotado de significados.

A partir disso, em 1983 ocorreu a eclosão do conflito em Calabouço quando Edmundo Cavalcante de Macedo comprou a fazenda se recusou a receber o foro e anunciou que o sistema de arrendamento seria extinto. Em seguida, o novo proprietário ingressou com uma medida na justiça para que as famílias desocupassem a propriedade, pois a área seria usada para o desenvolvimento exclusivo da pecuária. Cabe ressaltar, que no cadastro de imóveis do INCRA a propriedade era classificada como latifúndio por exploração (ANEXO B).

Na sequência, os agricultores organizados por meio do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Araruna e por intermédio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) buscaram os órgãos públicos responsáveis pela implementação da política de reforma agrária para reivindicar a compra do imóvel. Diante das ações de resistência dos camponeses, o Sr. Edmundo intensificou o uso de ameaças (ANEXO C) para que eles desistissem de lutar pela terra. De acordo com as entrevistas realizadas com os/as assentados/as:

Todo tipo de ameaça ele praticava dentro da área. Muitas vezes ele aparecia à noite dando tiro, botava capanga para ameaçar, algumas vezes ele próprio foi na minha casa mais quatro amigo dele armado de revólver e de facão prometendo exemplar através de violência a qualquer um que se levantasse contra ele. [...] E o delegado apoiava as decisões deles e era perseguição tanto do lado do proprietário como do lado daquilo que se chama justiça. (A. B. S., 77 anos, assentado. Entrevista realizada em 19 de março de 2023).

Aí vem as ameaças do proprietário: ameaçou a minha sogra deu um AVC nela e ela morreu através disso, desse AVC, o marido não aguentou as pressões e foi embora para a rua. Foi morto boi aqui envenenado do seu próprio tio ali embaixo, um boi de capinadeira bonito. Ele ameaçava com espingarda 12. A coisa foi violenta, viu. (F. F. L., 62 anos, assentado. Entrevista realizada em 20 de março de 2023).

Edmundo foi muito carrasco com a gente e a gente não tinha nada e quando pensava que não lá vinha os carros e eles traziam aquelas pessoas dele mesmo, por exemplo: o vaqueiro aparecia armado e a gente não sabia se era pra atirar na gente, mas a gente tinha medo não sabe, todo mundo fraquinho tinha o maior medo daquilo, daquelas pressões que eles só chegavam falando contra a gente, dizendo coisa e vão embora e não sei o que e era muita coisa. (A. C., 79 anos, assentada. Entrevista realizada em 23 de março de 2023).

Como consequência das ações de violência e intimidação praticadas pelo proprietário os moradores dividiram-se em dois grupos: 1) que permaneceu na luta pela terra, e 2) favorável ao fazendeiro, em decorrência do temor as ameaças combinadas a uma compensação por meio de uma quantia em dinheiro, além da promessa de que seria construída uma casa para cada família em outra localidade. De acordo com publicações de jornais consultadas nos arquivos da CPT, cerca de 13 famílias deixaram da propriedade durante a luta pela terra (ANEXO C).

Sendo assim, os camponeses que permaneceram na terra lamentavam o enfraquecimento da luta devido à diminuição do número de famílias e se sentiam marcados para morrer. Nesse contexto, uma das agricultoras escreveu uma carta direcionada a Diocese de Guarabira/PB relatando a vulnerabilidade dos moradores de Calabouço e suplicando por ajuda.

Como a gente não tinha em quem se sustentar, naquela época não tinha, não sabia quem era advogado, não sabia quem defendia a gente. Aí eu escrevi uma carta para o bispo pedindo apoio da igreja não sabe, mas eu pensava que o apoio vinha através de oração porque eu disse: nós tamo tudo aqui marcado para morrer e quando nós morrer não tem quem reze pela gente. Eu pensava tudo que era em oração que a gente pediu não sabe. Mas recebemos as pessoas que veio saber como era essa história, como era que nós estávamos passando e recebemos esse apoio da igreja graça as a Deus. (A. C., 77 anos, assentada. Entrevista realizada em 23 de março de 2023).

Em 2007, durante o desenvolvimento de sua tese de doutorado, Marco Antônio Mitidiero Júnior entrevistou o padre Luiz Perscarmona, um dos principais dirigentes da CPT vinculada à diocese de Guarabira. Na ocasião, o padre descreveu o momento em que recebeu a carta escrita pela senhora Antônia da Cruz e como ocorreu o primeiro contato com os moradores de Calabouço.

Dom Marcelo me deu uma carta de um grupo de camponês, de Araruna, o grupo de camponeses, ameaçados de expulsão, pedia socorro. E no outro dia eu fui sem saber onde era, e chegando lá, acharam que eu era fazendeiro, por causa do meu porte. E perto de mim estava o Chiquinho, que hoje é da CPT, que me acompanhou, que tem um bigode e uma bota que parecia um capanga. Então eu fui, fui para perto deles, e eles não abriam as portas, até que eu bati em uma porta e abriu Dona Antônia, e eu perguntei quem era Dona Antônia. Aí eu, besta, fui no carro pegar a carta que ela tinha escrito, e ela pensou que eu tinha ido buscar a arma, ela ficou fria, ficou branca, mas não fechou a porta. Quando eu entreguei o papel, eu disse isso é seu? Ela disse: É o padre Luiz? Entre, entre. Então foi a primeira reunião, aí chamou um e outro e fizemos a reunião, no dia depois da morte de Margarida. (Entrevista com o padre Luiz Perscarmona, MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 323).

Desse modo, sob a orientação do Padre Luiz Perscarmona, o Sr. Antônio Batista de Souza e sua irmã Antônia da Cruz assumem a função de liderar essa luta pela terra. Assim, eles começam a realizar frequentes reuniões com os moradores para promover a discussão dos acontecimentos diários e planejar possíveis formas de resistência. A respeito desse período: “a gente precisava ter muita coragem, quando era de noite a gente não tinha energia elétrica, a gente ia pelo escuro fazer reunião vendo a hora chegar uma pessoa e dá um tiro na gente porque o patrão tinha muitos capangas.” (M. O. S., assentada, 56 anos. Entrevista realizada em 20 de março de 2023).

Posto isso, se torna perceptível que a Igreja Católica por meio da Paróquia local e, principalmente, pela Pastoral da Terra do Brejo, que posteriormente se tornou a CPT da Diocese de Guarabira, disponibilizou o suporte necessário para que esses camponeses pudessem persistir e lutar pela terra em que moravam e trabalhavam. Orientando-os em todas as etapas desse processo e fornecendo assistência por meio de advogados, transporte e alimentação. Dessa maneira, em nossa pesquisa de campo foi nítido o reconhecimento dos assentados pelo trabalho desenvolvido pela CPT.

A presença da CPT nessa luta foi de máxima importância porque se não fosse a CPT nós não tínhamos como furar esse bloqueio, que nós não conhecíamos as vias de ir em busca dessa história. Se não fosse o acompanhamento da CPT eu acho que nós não tínhamos chegado aonde chegamos que foi a conquista da terra. (A. B. S., 77 anos, assentado. Entrevista realizada em 19 de março de 2023).

A CPT ajudou a gente e muito. A CPT ajudou a gente vindo aqui fazer companheirismo a gente, a CPT ajudou a gente com semente de planta que a gente não tinha, a gente estava abaixo de zero, a CPT ajudou dentro da luta mesmo em reforma de casa um saquinho de cimento, um negócio para as casas não cair e o proprietário saber que a gente queria permanecer. Abaixo de Deus, a CPT. (F. F. L., 62 anos, assentado. Entrevista realizada em 20 de março de 2023).

Dessa forma, a sustentação concedida pela CPT foi primordial para que em 07 de novembro de 1984, pouco mais de um ano após o início do conflito em Calabouço, os agricultores obtivessem a conquista do seu território. A terra para a criação do assentamento foi

adquirida pelo INCRA com recursos do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Fundação de Previdência Privada da Terracap (FUNTERRA) (ANEXO B).

No entanto, o Sr. Edmundo continuou perseguindo os camponeses e soltando o seu rebanho na área do assentamento. “Edmundo vendeu, recebeu o dinheiro dele todinho, mas ficou com ódio da gente não sabe, aquele ódio porque ele era rico perder pra pobre... ele achava que tinha perdido, era feiura.” (A. C., 77 anos, assentada. Entrevista realizada em 23 de março de 2023). Nessa circunstância, em 1985 o Sr. Antônio Batista de Souza, popularmente conhecido como Tota, foi detido pelas autoridades policiais sob a acusação de infringência ao artigo 155 do código penal, com base em acusações de que o agricultor teria furtado 30 quilos de peixe do açude comunitário do assentamento (ANEXO D).

Foi depois da compra da terra que ele mandou me prender, alegando que eu era ladrão. Fizeram esse tipo de falsa e compraram o juiz, naquela época por um milhão e quinhentos, para poder fazer minha prisão e eu acho que ele não queria nem que eu passasse muito tempo preso, a intenção dele era me dá fim, me matar porque na vez que ele foi na minha casa me ameaçar com esse grupo de pistoleiro ele chegou a dizer que podia perder a questão, mas eu não tinha o prazer de desfrutar e de trabalhar na terra. Quer dizer que foi uma ameaça de morte. (Antônio Batista de Souza, 77 anos, assentado. Entrevista realizada em 19 de março de 2023).

De acordo com os participantes da nossa pesquisa, o Sr. Tota era um líder camponês muito querido pelos trabalhadores rurais do município. Os camponeses sabiam que o Sr. Edmundo almejava a morte desse líder e que havia uma parceria entre o poder judiciário local e o antigo proprietário da terra. Sendo assim, os trabalhadores rurais organizaram um revezamento em frente a prisão com o objetivo de assegurar a integridade física do agricultor. Uma das assentadas relembra o período em que o Sr. Antônio perdeu a sua liberdade “foi tão sofrida, foi sofrida essa luta, foi tempo que Tota foi preso a gente passava a noite de sono, passava a noite de frio ali na frente daquela cadeia, foi um sofrimento uma humilhação tão grande que a gente passou.” (M. O. S., 56 anos, assentada. Entrevista realizada em 20 de março de 2023).

A partir da entrevista realizada com o Sr. Antônio é possível identificar a influência das relações tradicionais de poder na repressão contra os trabalhadores rurais sem terra. Pois ocorreu a união dos fazendeiros locais para arquitetar a prisão e, possivelmente, o assassinato de um líder camponês e, posteriormente, associou-se ao grupo o poder judiciário municipal, uma vez que o então juiz da comarca de Araruna na época, supostamente, segundo os assentados, aceitou suborno para decretar a prisão do agricultor.

Além disso, cabe expor que no início de 1984, durante a luta pela terra, em uma das vezes que os agricultores buscaram a delegacia para denunciar Edmundo por suas ameaças, o então delegado Cícero Alves de Andrade declarou: “tenham cuidado. Lembrem-se do caso de Margarida. É uma coisa que pode acontecer com vocês.” (ANEXO C).

O apoio da CPT foi de fundamental importância para o Sr. Antônio recuperar sua liberdade, pois além do suporte jurídico, a Diocese de Guarabira paralisou as suas atividades (ANEXO D) como forma de protesto pela libertação do camponês.

Na diocese Guarabira, os padres e os bispos fizeram uma greve devido a prisão de um lavrador dessa área. Decidiram que, enquanto esse rapaz de Calabouço estivesse preso, não iam celebrar nem missa nem sacramento nem batizado, casamento, nada. Então os padres e os bispos cruzaram os braços. Isso foi mais ou menos um ano depois da morte de Margarida (Entrevista com o diácono Severo, MITIDIERO 2008, p. 322).

Com o auxílio de apoiadores dos trabalhadores rurais o assunto ganhou visibilidade e foi realizada uma denúncia contra o juiz ao Tribunal de Justiça Estadual, foi constatada a parcialidade do referido juiz que, conseqüentemente, perdeu o direito de exercer a jurisdição. Assim, no quadragésimo dia após a prisão do Sr. Antônio, o então desembargador do Tribunal de Justiça de João Pessoa/PB, Miguel Avelino Ramos, concedeu a liberdade ao camponês (ANEXO E)). Dessa forma, “essa pressão do proprietário contra o trabalhador permaneceu até 23 de abril de 1985 que foi quando eu me soltei, mas até aí a pressão continuava”. (A. B. S. 77 anos, assentado. Entrevista realizada em 19 de março de 2023).

O Projeto de Assentamento Calabouço só foi criado em 26 de novembro de 1986 (ANEXO F), dois anos depois da aquisição da terra, e é resultado da luta dos agricultores com a sustentação da CPT/Guarabira. Esse foi o primeiro dentre os 10 assentamentos criados no município de Araruna-PB, e dista aproximadamente a 6 km do centro da cidade, com acesso pela PB-125. Calabouço possui uma área total de 486.3115 hectares, onde foram assentadas 24 famílias que receberam entre 17 e 23 hectares, sendo a casa de cada assentado construída no seu próprio lote. A variação na quantidade de hectares de cada lote é decorrente da localização da área de reserva legal.

Em 1987 os agricultores fundaram a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Calabouço por meio da criação do estatuto da associação (ANEXO G). No mesmo ano, a partir de uma assembleia foram eleitos os primeiros representantes dos agricultores para um mandato de dois anos.

De acordo com o Boletim de Serviço do INCRA de número 51 de 18/12/2006 (ANEXO H), após o pagamento do imóvel, em torno de três mil reais, os títulos de domínios foram expedidos para os moradores de Calabouço em 07/12/2006. Atualmente, o assentamento dispõe



das seguintes estruturas de uso coletivo a todos os assentados: uma escola, uma capela e dois açudes.

Certificou-se que a escola Nossa Senhora da Luz (figura 6) segue as Diretrizes Pedagógicas e Administrativas da rede municipal de ensino de Araruna e conta com um quadro de 6 funcionários: uma gestora, dois professores, uma merendeira, uma auxiliar de serviços gerais e um vigia (apenas a auxiliar e o vigia residem na comunidade). Na escola funcionam 2 salas de aula à tarde com turmas multisseriadas dos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, as reuniões da associação dos agricultores são realizadas no prédio da escola.

A capela (figura 7) é de seguimento da Igreja Católica Apostólica Romana e tem como padroeira Santa Rita de Cássia.

**Figura 6:** Escola Nossa Senhora Da Luz. **Figura 7:** Capela Santa Rita de Cássia.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

Em consequência da falta de manutenção um dos açudes está repleto de plantas, paus e pedras (figura 8). Em 2015, por meio da Associação dos Trabalhadores e da CPT, foi solicitado ao Estado a restauração do açude (ANEXO I), mas não se obteve solução. Há um segundo açude comunitário (figura 9), que de acordo com relatos dos moradores, uma parte se encontra em território de Calabouço e a outra no assentamento Varelo de Cima. Sendo assim, o açude beneficia os moradores de ambos os assentamentos.

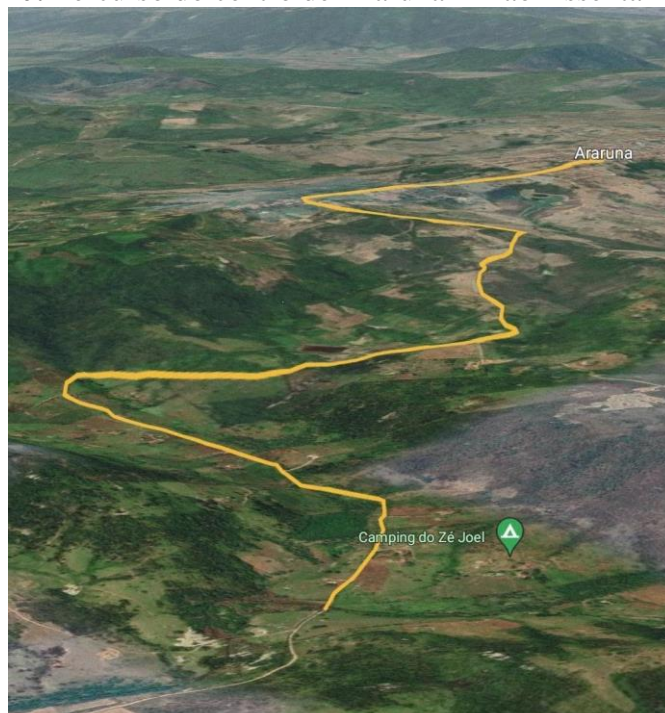
**Figura 8:** Açude comunitário sem manutenção. **Figura 9:** Segundo açude comunitário.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

Em decorrência da inexistência de mapas que abranjam a localização de Calabouço fez-se necessário o uso do Sistema de Posicionamento Global para obtermos a representação da área de estudo. Para tanto, traçamos o percurso do centro da cidade de Araruna ao Assentamento Calabouço (figura 10).

**Figura 10:** Percurso do centro de Araruna-PB ao Assentamento Calabouço.

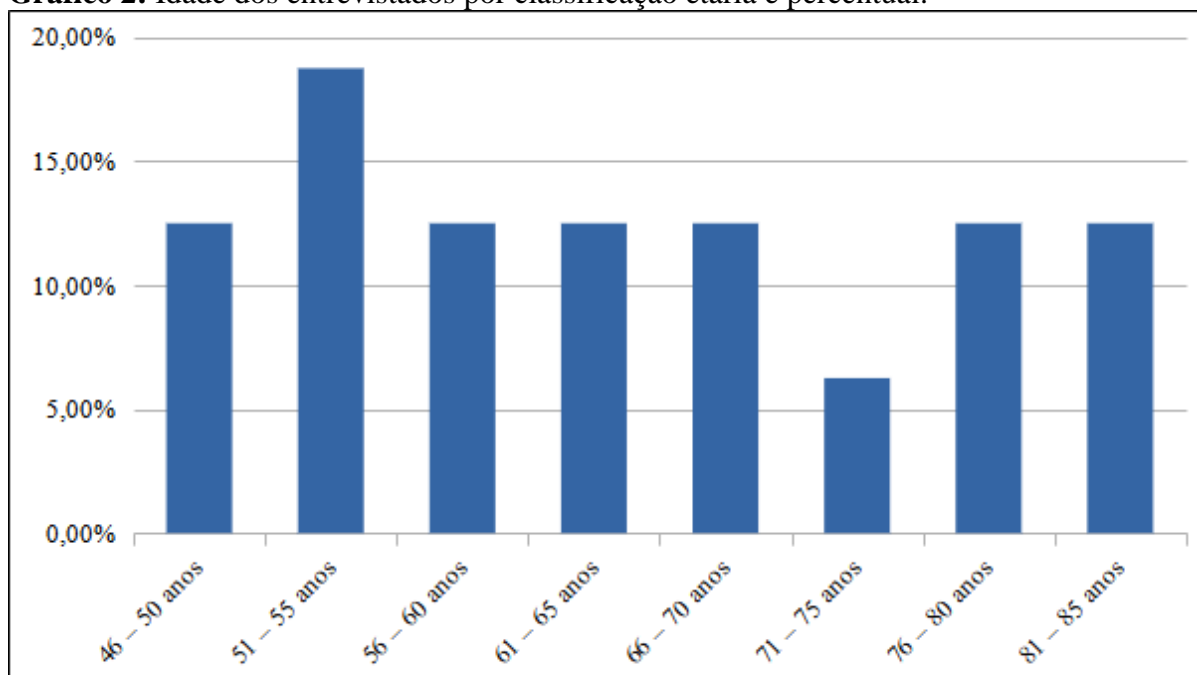


**Fonte:** Google Earth.

### 5.3 PERFIL DOS TITULARES

Inicialmente, a caracterização da amostra buscou identificar a idade dos(as) assentados(as), chefes das unidades familiares no Assentamento Calabouço. Ao sintetizar a dinâmica etária dos participantes pudemos notar que existe uma considerável oscilação quanto à composição da amostra (gráfico 2).

**Gráfico 2:** Idade dos entrevistados por classificação etária e percentual.



**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

Diante dos dados do gráfico acima percebe-se que há uma significativa variação na classificação etária dos entrevistados. Cabe elucidar, que a primeira geração de assentados ocupa a faixa etária entre 61-85 anos. Enquanto a variação da segunda geração de assentados, é entre 46-65 anos. Desse modo, a classificação de adultos entre 51-55 anos representa o maior percentual da amostra e é constituída pela primeira geração de sucessores.

Entretanto, 31,25% dos entrevistados possuem mais de 70 anos de idade. Assim, ao associar o percentual dessa faixa etária com a atual expectativa de vida do brasileiro, em torno de 77 anos, constata-se a necessidade da discussão acerca da sucessão geracional neste assentamento. Sobretudo a definição de sucessores para as famílias que almejam a continuidade da unidade familiar.

Ainda de acordo com os dados do gráfico 1, cerca de 56% dos entrevistados já estão acima dos 60 anos de idade, ou seja, com a idade mínima para ter direito à aposentadoria rural e, conseqüentemente, afastar-se do trabalho no campo. Dessa forma, esse dado evidencia o

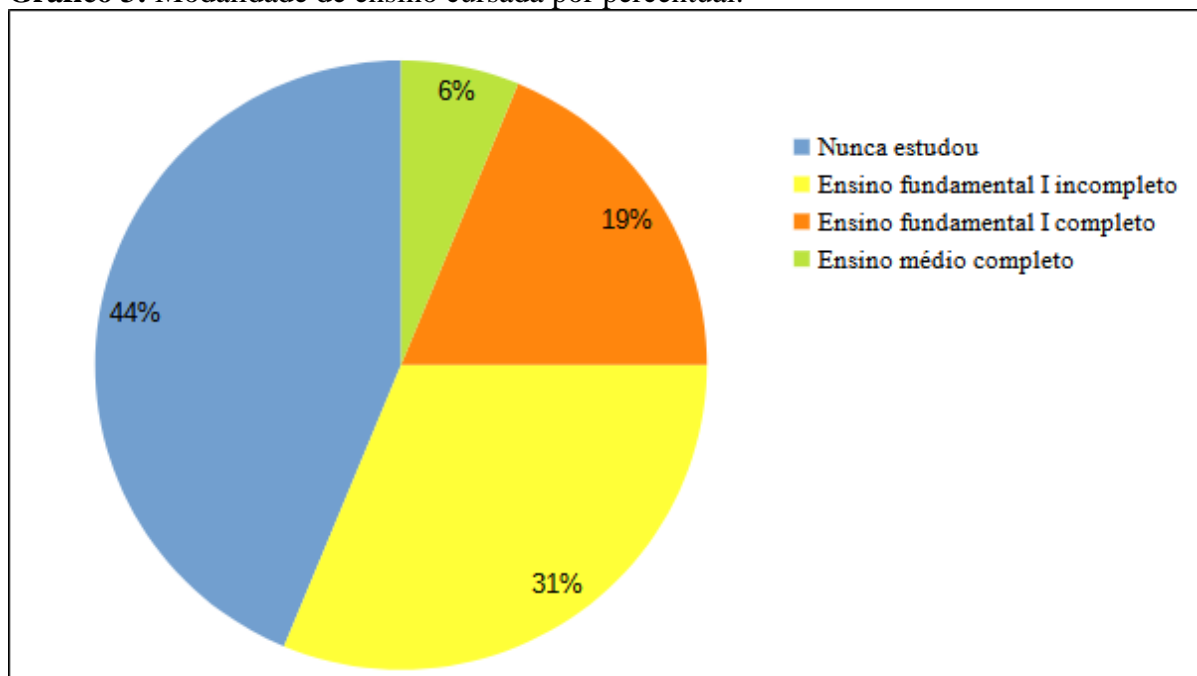
envelhecimento dos titulares e ressalta a necessidade do envolvimento dos filhos e/ou netos na administração desses lotes para que seja assegurada a reprodução social camponesa neste assentamento.

Acerca da população idosa no meio rural, os dados do Censo Agropecuário (2017) publicados pelo IBGE revelam que dos 5.073.324 de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 1.171.767 estabelecimentos se encontram sob a administração de pessoas acima de 65 anos de idade, o que corresponde a 23,2% do total.

Em relação ao fato de encontrar-se na propriedade antes de se tornar um assentamento de reforma agrária, 93,75% dos entrevistados declararam que já residiam na área e apenas 6,25% são oriundos da zona urbana do município de Araruna-PB. Ao indagarmos sobre a condição em que trabalhavam anteriormente, todos os participantes afirmaram que eram arrendatários e pagavam o aluguel da terra em dinheiro.

No que concerne à escolaridade, em nosso estudo, os dados obtidos (gráfico 3) refletem a dinâmica caracterizada por Hoffmann e Ney (2016) “quase 50% dos agricultores nordestinos têm escolaridade inferior a 1 ano e cerca de 90% não começaram o ginásio.”

**Gráfico 3:** Modalidade de ensino cursada por percentual.



**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

Percebe-se com esses dados, que a grande maioria dos assentados que compõem a amostra da nossa pesquisa nunca frequentou uma escola, além disso, há um relevante parcela de indivíduos que possuem não mais que o ensino fundamental incompleto. Contudo, apenas o

agente de saúde do assentamento, um homem de 55 anos da primeira geração de sucessores, concluiu o ensino médio. Acerca dos obstáculos para ter acesso à educação, uma das assentadas relata: “naquela época era difícil, que a gente ia daqui de pé para Araruna. Eu levava o chinelo na mão porque minha mãe não podia comprar toda semana e para tirar de pé todos os dias pra Araruna com a chinela no pé, podia comprar...” (M. O. S., 56 anos, assentada. Entrevista realizada em 20 de março de 2023).

De acordo com Bergamasco (1997), 97,6% dos titulares dos lotes de assentamentos no Brasil não estão incluídos em nenhum programa para a educação de adultos, isso revela a carência de um efetivo programa de estudos para essa população. Sendo assim, o baixo nível educacional identificado no Assentamento Calabouço é semelhante a realidade dos demais assentamentos rurais do país. Podemos atribuir a esse panorama a histórica posição secundária atribuída ao meio rural, principalmente, no que concerne à educação.

Ao indagarmos sobre vínculos com movimentos sociais e/ou pastorais da igreja católica os assentados informaram que após a conquista do assentamento continuaram com contato com CPT por alguns anos, mas atualmente não há mais nenhum vínculo. Ademais, os entrevistados relataram que após a criação do Projeto de Assentamento auxiliaram camponeses em outros conflitos por terra que surgiram no município.

#### 5.4 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES

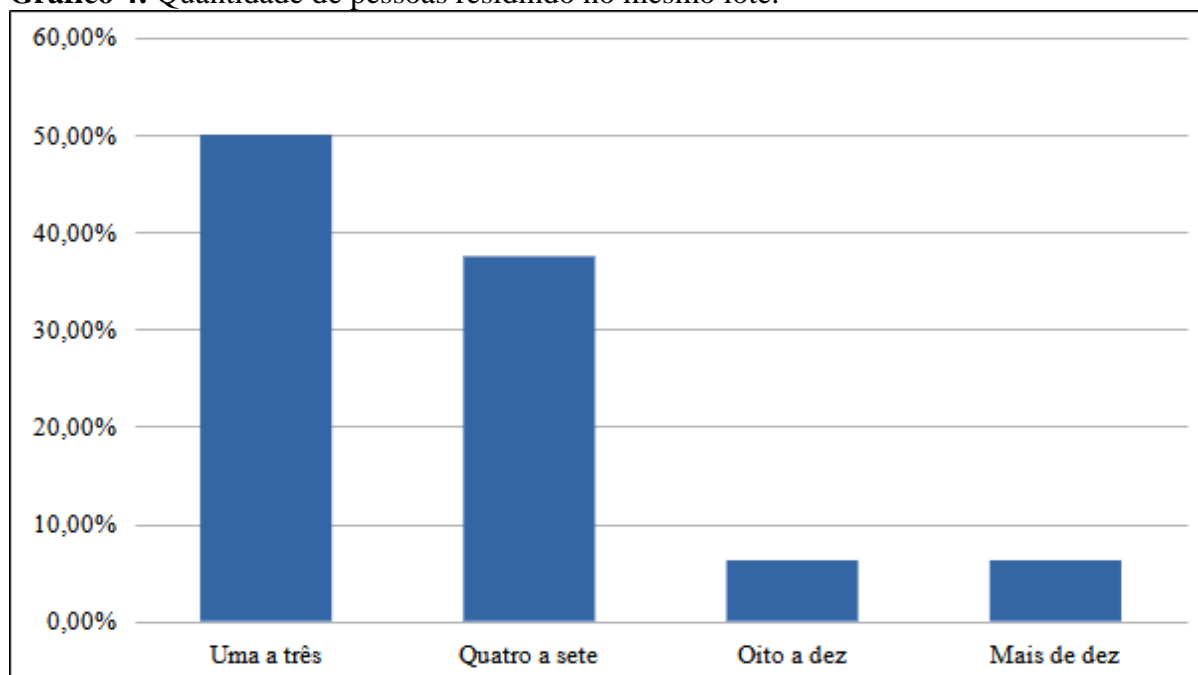
Primordialmente, enfatiza-se que a área dos lotes analisados varia de 17 a 23 hectares, os quais possuíam, em média, 19 hectares. Acerca da produção agrícola, identificamos que 81,25% dos chefes de família trabalham na agricultura, enquanto 18,75% já se afastaram em decorrência das condições físicas, esse percentual representa três assentados que possuem mais de 70 anos de idade. Entretanto, todos os entrevistados afirmaram que a agricultura é desenvolvida em seu lote por parentes de primeiro grau.

Ao indagarmos sobre o destino dos alimentos produzidos em seus lotes, 56,25% dos agricultores afirmaram que são para o autoconsumo e 43,75% informaram que em alguns anos, a depender dos índices pluviométricos, é possível comercializar os excedentes, sendo eles: milho, fava, feijão carioca e macassá. Desse modo, percebe-se que a produção agrícola no assentamento está predominantemente direcionada para a subsistência, esse é um mecanismo essencial para a segurança alimentar da família e, principalmente, para a reprodução social camponesa. Para Grisa e Schneider (2008 p. 483) “o autoconsumo permanece uma estratégia

recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades”.

No que concerne ao perfil das unidades familiares dos agricultores participantes da amostra, o gráfico 4 sintetiza os dados referentes à quantidade de pessoas que compõem o grupo familiar em cada lote.

**Gráfico 4:** Quantidade de pessoas residindo no mesmo lote.



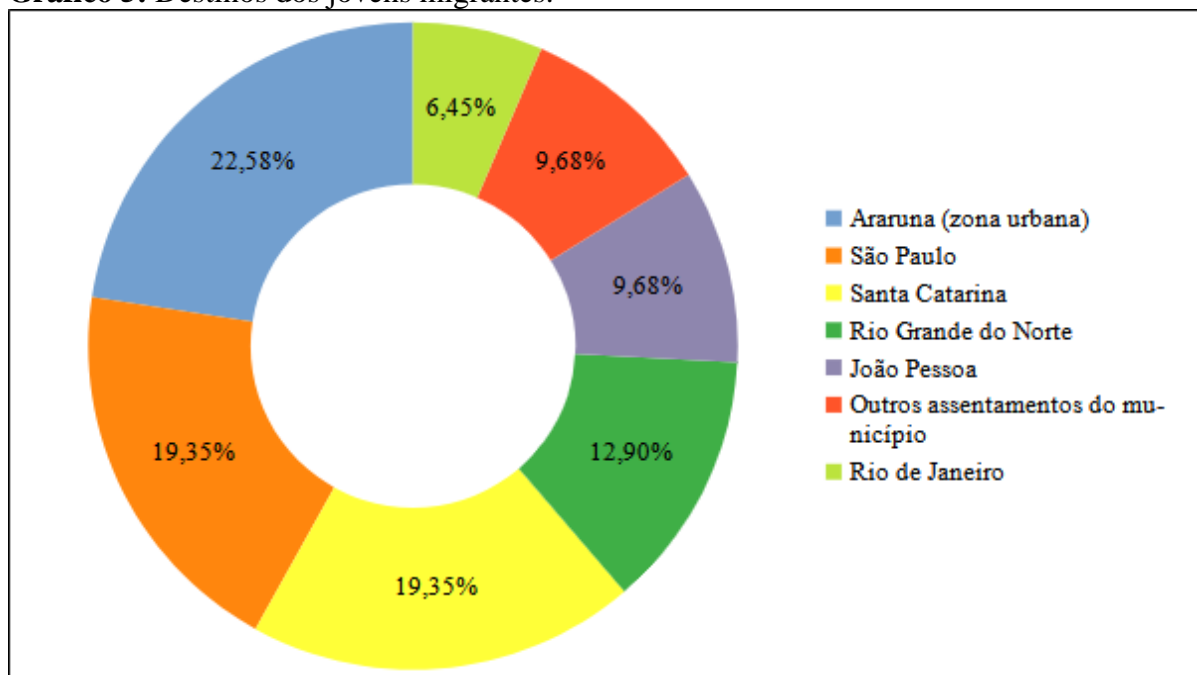
**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

Em sua maior parte, as unidades familiares são compostas por até três pessoas. O parentesco dos indivíduos que constituem esse grupo familiar é: cônjuges; casal e um filho; viúvo, filho(a) e cônjuge. Dessa forma, o percentual dessa classificação expressa uma baixa quantidade de pessoas nesses lotes, resultado de um gradativo processo de êxodo rural que afeta o assentamento nas últimas décadas. Os titulares das duas propriedades que compõem a classificação entre oito a dez e mais de dez moradores são da segunda geração de assentados, identificamos que esses lotes se caracterizam como ponto de apoio para as famílias, pois abrigam irmãs viúvas e/ou divorciadas que retornaram para o assentamento.

Obtivemos ainda, um somatório de 72 pessoas residindo nas 16 propriedades em que realizamos as entrevistas, o que resultou em uma média de 4,5 pessoas por lote, consideramos um índice baixo para o Assentamento Calabouço. Pois, ao indagarmos sobre a quantidade de filhos dos participantes obtivemos uma média de 7 herdeiros por família. Apesar disso, atualmente a média é de 1 filho residindo na unidade familiar. No entanto, 25% dos entrevistados

não têm nenhum filho morando no assentamento. Dessa forma todos os participantes da nossa pesquisa afirmaram que mais de um dos filhos já saíram da unidade familiar. Sendo assim, o gráfico 5 sintetiza os principais destinos dos jovens migrantes.

**Gráfico 5:** Destinos dos jovens migrantes.



**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

A maior parte dos destinos escolhidos por esses jovens pode ser explicada pela relativa proximidade com o seu local de origem. Além disso, foi possível identificar que alguns filhos que residem na cidade de Araruna visitam o assentamento com frequência, além de ajudar no trabalho agrícola em determinados momentos do ano. O fluxo migratório para São Paulo e Rio de Janeiro justifica-se por se tratar de eixos migratórios históricos para os nordestinos.

Entretanto, a migração para Santa Catarina teve início após o furacão Catarina, que foi registrado no litoral dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2004. O furacão danificou ou destruiu milhares de residências e edificações, gerando uma alta demanda de trabalhos na construção civil. A partir disso, sob a influência dos rapazes que migraram, outros jovens também escolheram residir em Santa Catarina. Queiroz (2018 p. 178) concluiu que “os trabalhadores migrantes nordestinos da construção civil quando chegam na cidade de Florianópolis-SC, saem batendo de obra em obra até encontrarem trabalho.”

Segundo os chefes de famílias entrevistados, o principal motivo para a saída dos filhos do assentamento é a insatisfação dos jovens com o árduo trabalho na agricultura e a baixa remuneração. Sendo assim, justifica-se o êxodo da juventude pela busca de emprego e atratividade do salário mensal ofertado no meio urbano. Para Spanevello (2008):

A perspectiva de buscar outra ocupação reside no desejo de desenvolver outra atividade ‘menos sofrida’, ‘melhor remunerada’ ou ‘mais valorizada’. Com base nas percepções relacionais, os agricultores ressaltam a valorização das ocupações urbanas, considerando como positivo o trabalho urbano, especialmente pelas rendas fixas comparativamente às condições atuais em que desenvolvem a atividade agrícola, seja pelo desgaste físico da atividade, pelos poucos rendimentos – com produção de pequena escala ou com pouca eficiência produtiva, geradora de menor renda – e valorização do trabalho (geralmente associada à falta de preço dos produtos agrícolas, fazendo o agricultor se sentir um trabalhador pouco remunerado pelo que produz) (SPANVELLO, 2008, p. 152).

De acordo com as entrevistas realizadas com os assentados:

Questão de trabalho porque as terras daqui não é que nem aquelas terras do sul que o pessoal de seca a inverno tem agricultura, sabe. Aqui não tem água para irrigar, para você ter de seca a inverno uma função, uma fonte. É aquela ó, na época do inverno a gente bota um roçado arruma 10, 12 saco de feijão; 20, 30 sacos de milho. Aí vai para o atravessador ele compra bem baratinho. No final você só arruma o de comer, comprar as vezes uma roupa, só dá para isso, sabe. Para permanecer com aquilo ali não dá, minha filha. Aí os jovens acham melhor o sul do país porque lá vão ganhar um salário-mínimo, 2 mil contos. Aqui ó, você trabalha 10 12 ano não compra uma motinha, lá quando trabalha um ano já: “papai já arrumei dinheiro pra comprar minha motinha.” Todo mês aquele dinheiro, aqui não tem. (F. F. L., 62 anos, assentado. Entrevista realizada em 20 de março de 2023)

Por causa de emprego. Porque o emprego no campo não é todo mundo que topa. Essa turma nova hoje só corre atrás de emprego na cidade, né porque é emprego a curto prazo. A agricultura, você começa na agricultura vai tirar o lucro depois de noventa dia por diante, não é. E o emprego você recebe quinzenal, recebe mensal e é um dinheiro que vende na hora, né. E o trabalho no campo é produzir pra poder levar pra feira, pra poder vender, pra poder pegar em alguma coisa. E aí esse pessoal novo se envolve muito com a história do emprego nas cidades. (A. B. S., 77 anos, assentado. Entrevista realizada em 19 de março de 2023).

De acordo com os relatos conclui-se que em Calabouço o trabalho no campo não proporciona uma renda que supra a demanda desses jovens. Em decorrência disso, eles sentiram a necessidade de buscar uma melhor condição de vida no meio urbano. Entretanto, identificamos que, em alguns casos, os jovens tinham vontade de permanecer no assentamento. Por tanto, é perceptível que a busca por um emprego que garanta independência financeira é a principal causa para a migração dos jovens deste assentamento.

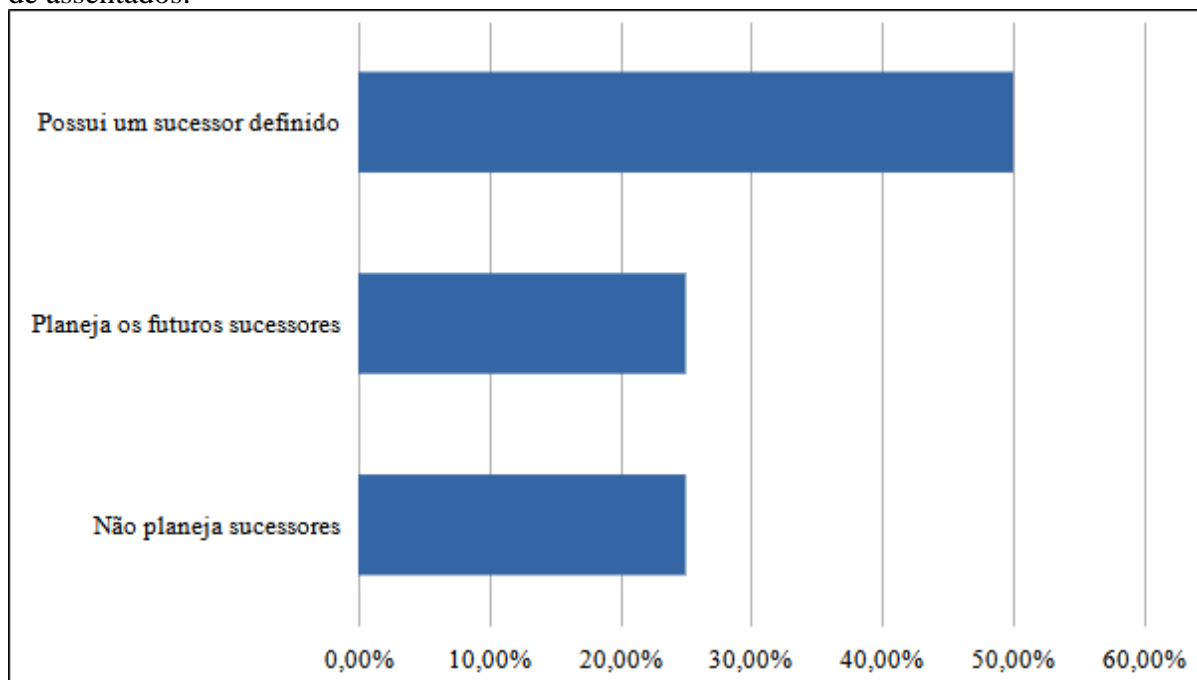
## 5.5 PERSPECTIVAS ACERCA DA SUCESSÃO RURAL

Ao considerarmos que os filhos dos chefes de família da primeira e da segunda geração de assentados vivenciaram épocas distintas e possuem diferentes perspectivas sobre o modo de vida no meio rural, fez-se necessário a divisão dos resultados acerca da sucessão rural.



Ao indagarmos os entrevistados da primeira geração de assentados sobre suas expectativas quanto a sucessão rural em seus lotes, todos declararam que almejam a continuidade da família na propriedade. Em 75% dessas unidades familiares os pais afirmaram que, pelo menos, um dos filhos demonstra entusiasmo para permanecer na propriedade, pois eles estão envolvidos com a produção agrícola. Entretanto, 25% dos participantes não souberam responder sobre o interesse dos herdeiros em assumir a administração do lote. Desse modo, o gráfico 6 apresenta as perspectivas acerca do processo sucessório nas propriedades do primeiro grupo.

**Gráfico 6:** Perspectivas acerca do processo sucessório nas propriedades da primeira geração de assentados.



**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

De acordo com os resultados, é possível concluir que existe uma preocupação com o processo de sucessão geracional e continuidade da unidade produtiva, na maioria dessas propriedades. No entanto, existe uma parcela significativa (25%) que até o momento não planeja sucessores.

Para os assentados que já definiram um sucessor ou que planejam a sucessão, questionamos quem deverá permanecer na propriedade para dar continuidade as atividades desenvolvidas. Os resultados demonstraram que em 83,3% dos casos haverá a permanência de um filho e em 16,7% a permanência de uma filha. Dessa forma, percebe-se a predominância do gênero masculino para assumir a administração dos lotes e isso está em conformidade com o

perfil das propriedades rurais do município de Araruna-PB. De acordo com dados obtidos através do Censo Agropecuário (2017), o município possui 1096 estabelecimentos agropecuários geridos pelo gênero masculino e apenas 251 estabelecimentos geridos pelo gênero feminino (IBGE, 2017).

A predominância do gênero masculino nesse assentamento pode ser justificada pela questão da masculinização da população rural brasileira que é comumente associada à migração rural-urbana das mulheres. Em consequência da preferência pelo gênero masculino para administrar as propriedades rurais, a própria sucessão geracional contribui para a masculinização do campo. Pois, ao considerarmos que os jovens de um assentamento rural têm a tendência de firmarem relacionamentos amorosos, podemos inferir que o processo sucessório pode comprometer a formação de novas famílias no assentamento, o que posteriormente se tornará um obstáculo para a efetivação do processo sucessório.

Para os quatro assentados que possuem um sucessor definido realizamos questionamentos com o objetivo de compreendermos as características desses sucessores. Com relação à escolaridade, identificamos que um sucessor (25%) cursou o ensino fundamental de modo incompleto, 50% estudaram o ensino fundamental completo e apenas um (25%) concluiu o ensino médio. Todos os entrevistados trabalham somente na propriedade rural e residem no lote da família. Destes, um (25%) possui residência própria e 75% residem com os pais. Além disso, dois deles são casados e possuem filhos e os demais são solteiros e não têm filhos. O quadro 2 sintetiza as informações acerca dos sucessores.

**Quadro 2:** Características dos sucessores.

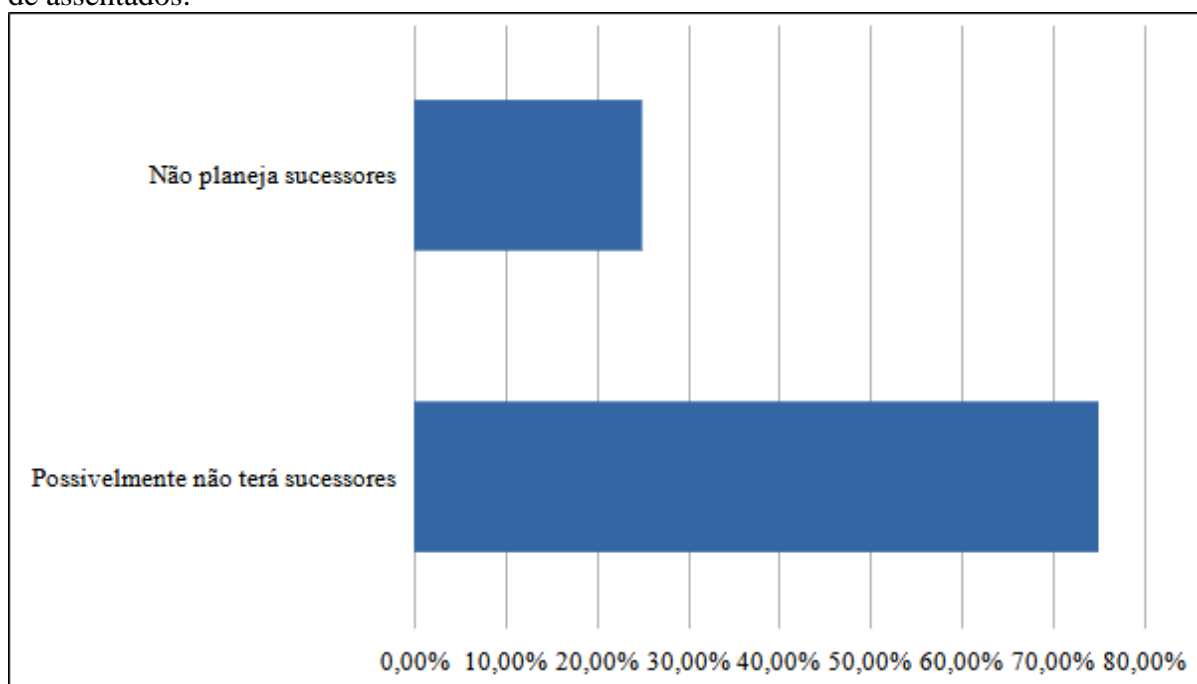
Identificação	Posição de nascença	Gênero	Escolaridade	Estado civil	Residência
Sucessor 1	Segundo filho	Masculino	Ensino Fundamental Completo	Casado	No lote
Sucessor 2	A mais nova	Feminino	Ensino Médio	Casada	No lote
Sucessor 3	Dos mais novos	Masculino	Ensino Fundamental Completo	Solteiro	No lote
Sucessor 4	O mais velho	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Solteiro	No lote

**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

Estas informações revelam que os sucessores podem ser tanto os filhos mais novos, os mais velhos ou de qualquer outra posição de nascença sem necessariamente seguir as velhas tradições. Assim, o perfil dos sucessores se assemelha com as explicações de Costa e Ralisch (2013) em um estudo sobre a sucessão familiar onde mencionam que a velha tradição em que o filho mais novo ficava na propriedade começa a desaparecer, mas a permanência está associada ao baixo nível de escolaridade.

No que concerne às unidades familiares do segundo grupo de assentados, 62,50% responderam que almejam a continuidade da família na propriedade. Enquanto 37,50% afirmaram que os filhos já estão com a vida constituída em outras cidades ou estados e encontram-se satisfeitos. Sendo assim, é provável que esses herdeiros vendam os lotes quando os pais não tenham mais condições de administrá-lo. Acerca do processo sucessório nas propriedades da primeira geração de sucessores, o gráfico 7 apresenta as perspectivas identificadas no trabalho de campo.

**Gráfico 7:** Perspectivas acerca do processo sucessório nas propriedades da segunda geração de assentados.



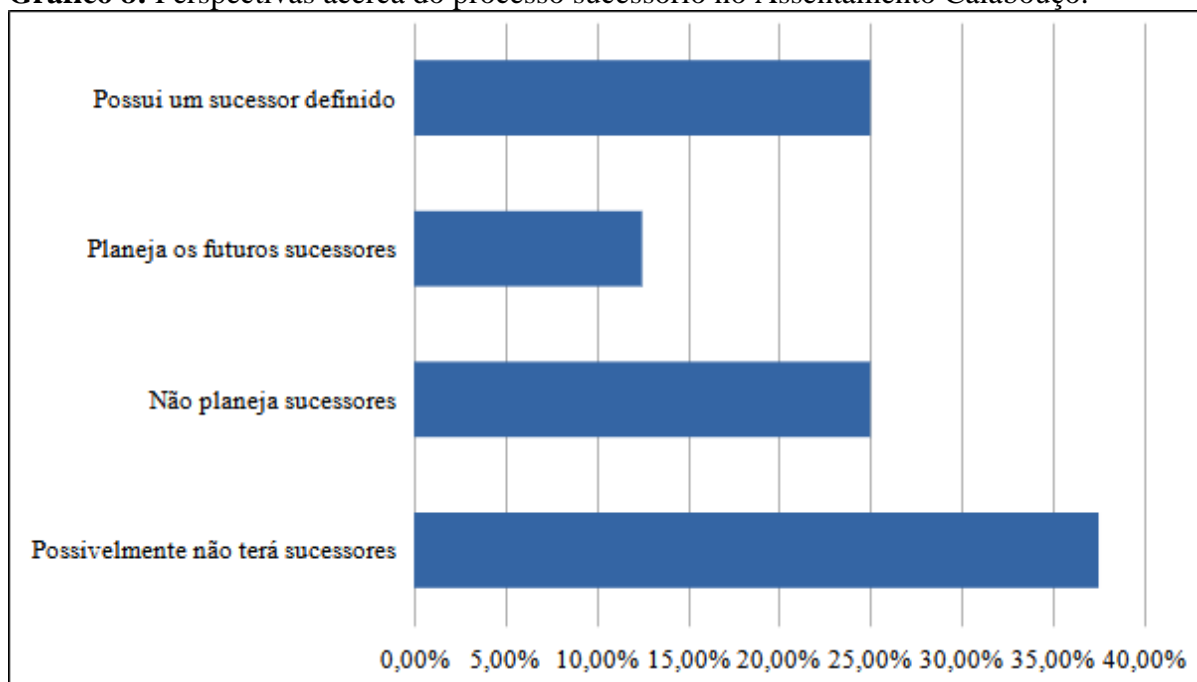
**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

O percentual de assentados que não planejam sucessores é constituído por dois homens que possuem 46 e 49 anos de idade e afirmaram ainda não pensar no processo sucessório porque os filhos são menores de 18 anos, mas acreditam que há a possibilidade de a sucessão não acontecer. Dos 75% de entrevistados que possivelmente não terão sucessores, 50% ainda possuem filhas morando nos seus lotes, cabe ressaltar a totalidade do gênero feminino.

Entretanto, identificamos que essas jovens enxergam a propriedade como um local de moradia momentânea e não têm a intenção de trabalhar na agricultura.

O gráfico 8 sintetiza os dados acerca do processo sucessório no Assentamento Calabouço, ou seja, reúne as perspectivas dos chefes das unidades familiares da primeira e da segunda geração de assentados.

**Gráfico 8:** Perspectivas acerca do processo sucessório no Assentamento Calabouço.



**Fonte:** Levantamento de dados, 2023. Elaboração própria.

De acordo com os resultados, a sucessão geracional não será efetuada em 37,50% das propriedades pesquisadas. Além disso, há uma expressiva parcela (25%) que até o momento não planeja sucessores. Por tanto, podemos afirmar que a migração dos jovens do campo tem comprometido o processo de sucessão rural e a reprodução social camponesa no Assentamento Calabouço.

Todos os participantes da nossa pesquisa afirmaram que em nenhum momento reuniram a família para conversar sobre a necessidade de permanência de um filho para dar continuidade a unidade familiar. Os assentados que possuem sucessores definidos, são decorrentes de um processo que ocorreu naturalmente, de modo que ao longo dos anos esses filhos se mantiveram na propriedade com os pais e atualmente têm a intenção de permanecer.

Os assentados de ambos os grupos que não têm sucessores não souberam responder qual será o destino do estabelecimento. Sendo assim, acreditamos que se desfazer do lote não é uma

decisão fácil para esses agricultores, por isso é provável que essa decisão seja tomada pelos herdeiros após o falecimento dos titulares.

Desse modo, os resultados da nossa pesquisa se assemelham com as conclusões em um estudo de Cordeiro (2009) em que a terra concedida pela política de reforma agrária apresenta diferentes significados para as diferentes gerações. No Assentamento Calabouço, para a primeira e a segunda geração de assentados a terra é vista como um espaço de residência e ao mesmo tempo de produção. No entanto, para a terceira geração a terra não é considerada como um local de trabalho e esse foi um fator determinante para a migração de um elevado percentual de jovens deste assentamento.

## **6 CALABOUÇO: ASSENTADOS E A AGRICULTURA FAMILIAR**

Este capítulo é uma exposição fotográfica dividida em três seções: Calabouço - em que utilizamos fotografias para expor o Assentamento por diferentes ângulos; Agricultura familiar - no qual buscamos demonstrar o trabalho cotidiano dos agricultores desde o arar a terra até a área cultivada, além da criação de animais; Assentados – é constituído por fotos com agricultores da primeira e da segunda geração de assentados.

Elaboramos este capítulo porque acreditamos que a fotografia é um instrumento relevante para retratar a realidade. Desse modo, buscamos por intermédio dos registros dos trabalhos de campo apresentar um panorama do Assentamento Calabouço. Para Mariano Neto (2001) citado por Rodrigues (2012):

A voz das imagens pode dar sentido ao espaço/tempo ritmados pela luz e sombra do olhar. Uma linguagem poética da paisagem em que a fala de quem olha traça palavras que ultrapassam o sentido e a forma dos limites da afetividade momentaneamente congelada pelo clique do olhar (MARIANO NETO 2001, p. 105 apud RODRIGUES, 2012, p. 141.)

A imagem é capaz de retratar a realidade de um lugar e fornecer significativas informações que são de fácil interpretação. A partir da leitura dos elementos que compõem as fotografias será possível proporcionar ao leitor uma aproximação com o cotidiano no Assentamento Calabouço, ou seja, haverá maior familiaridade com o objeto desta pesquisa. A seguir as imagens fotográficas expõem o panorama do Assentamento Calabouço a partir da paisagem moldada pela agricultura familiar, além de apresentar alguns dos assentados.

**CALABOUÇO**

**Figura 11:** Primeira vista parcial do Assentamento Calabouço.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 12:** Segunda vista parcial do Assentamento Calabouço.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.



**Figura 13:** Unidade familiar em que sucessão já foi efetuada.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 14:** Unidade familiar em que a sucessão será efetuada.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 15:** Unidade familiar em que se planeja a sucessão.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 16:** Unidade familiar em que a sucessão não será efetuada.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 17:** Moradia em área de difícil acesso.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 18:** Acesso a moradia da figura 17.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

# **AGRICULTURA FAMILIAR**

**Figura 19:** Assentados arando a terra através da tração animal.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 20:** Terra arada.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 21:** Plantação de maracujá ao redor do açude comunitário.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023

**Figura 22:** Área cultivada por assentado.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 23:** Plantação de palma.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023

**Figura 24:** Plantação de batata-doce.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2022.

**Figura 25:** Roçado após a colheita.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2022.

**Figura 26:** Restos dos cultivos destinados à alimentação dos animais.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2022.



**Figura 27:** “Cabeças de gado” de um assentado.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 28:** Criação de caprinos.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**ASSENTADOS**

**Figura 29:** Registro da entrevista com assentado da primeira geração.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 30:** Registro da entrevista com assentada da primeira geração.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 31:** Registro da entrevista com casal de assentados da primeira geração.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 32:** Registro da entrevista com assentado da segunda geração.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

**Figura 33:** Registro da entrevista com assentada da segunda geração.



**Fonte:** Amanda Teixeira, 2023.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desdobramento desta pesquisa, constatamos que, em decorrência da contínua redução no percentual de indivíduos residindo no meio rural e do envelhecimento dessa população, há uma incerteza com relação ao processo sucessório nas unidades familiares. Pois, a ausência de jovens nas pequenas unidades de produção, além de comprometer a produção agrícola, representa um risco para a continuidade da unidade familiar. Por isso, foi relevante estudar as perspectivas para a efetivação da sucessão rural no Calabouço. A partir disso, obtivemos uma perspectiva acerca do futuro dessa comunidade.

Desse modo, a partir da realização do levantamento de dados no assentamento, foi possível obter êxito na explicação acerca da trajetória para a formação e o processo de sucessão rural do Calabouço. Sendo assim, constatamos que o processo de luta pela terra não ocorreu de forma passiva, os moradores foram ameaçados e tiveram suas plantações destruídas pelo rebanho do fazendeiro. Por fim, o conflito resultou na conquista da terra, onde esses agricultores já moravam e cultivavam há décadas.

Quanto a caracterização da amostra, ao analisar o perfil dos agricultores titulares dos lotes identificamos que 56% já estão acima dos 60 anos de idade, o que evidencia a urgência de abordar a temática da sucessão rural nessa comunidade. Além disso, que 50% dos titulares já são sucessores, ou seja, outrora a sucessão geracional já foi efetivada. Esse percentual indica que mesmo sem haver a devida assistência técnica o assentamento assegurou a sucessão pela segunda geração, esse processo pode ser justificado pelo vínculo desses sucessores com esse lugar, provavelmente por terem participado da luta e da conquista da terra.

Partindo para aos dados referentes as características das unidades familiares, constatamos que a produção agrícola no assentamento está predominantemente direcionada para a subsistência. Identificamos ainda, que 50% das unidades familiares que compõem a amostra são constituídas por até três pessoas. Além do mais, apesar de haver uma média de 7 herdeiros por família a média de pessoas por lote é de 4,5 o que aponta um significativo percentual de migrantes.

Além disso, diante dos dados acerca sucessão rural concluímos que 25% das unidades familiares já possuem um sucessor definido, 12,5% planejam a sucessão e outras 62,5% apontam a possibilidade de não haver a continuidade da unidade familiar ou não planejar o processo sucessório. Observamos ainda, que nos casos em que a sucessão está definida, a permanência dos jovens no meio rural ocorreu de modo natural, sem que houvesse o planejamento para um dos filhos ocupar a posição de sucessor.

Ao abordarmos o êxodo rural, as causas apontadas para a migração dos jovens foram: a baixa rentabilidade das atividades e a penosidade do trabalho. Por isso, muitos jovens migraram em busca de empregos nos centros urbanos, almejando a segurança viabilizada por uma renda mensal, o que não é uma realidade no assentamento. Dessa forma, podemos demonstrar a confirmação da hipótese de que a inexistência de mecanismos que dinamizem a renda familiar em Calabouço é um fator determinante para a migração dos jovens dessa comunidade.

Diante disso, ao evidenciarmos que a principal razão para a migração da população desse assentamento rural seja a busca pela estabilidade financeira, podemos inferir que a criação do Projeto de Assentamento não esteve associada a criação de mecanismos que assegurem desenvolvimento econômico e, por consequência, a continuidade da unidade familiar pelas próximas gerações.

No estudo sobre o Assentamento Calabouço, compreendemos que o acesso à terra foi de fundamental importância para a independência das famílias que ali residem, possibilitando o cultivo em terra própria e criação de animais que podem garantir a alimentação. No entanto, evidenciou-se que somente o acesso à terra não é suficiente para que as famílias assentadas no Calabouço possam obter uma renda digna e se sentirem inseridas na sociedade.

Conclui-se que esta pesquisa oportunizou ampliar o conhecimento acerca da luta pela terra no município de Araruna e da sucessão geracional no Assentamento Calabouço. Além disso, demonstrou a necessidade da efetivação de políticas públicas que proporcionem desenvolvimento de atividades que garantam renda por todo o ano, além de atividades de promoção social. Assim, os jovens ficarão satisfeitos em permanecer e/ou voltar ao assentamento. Dessa forma, será possível assegurar o processo de sucessão rural e consequentemente, a produção agrícola nessas unidades familiares.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Availdo Luis Alcântara. **Projeto de intervenção inserção do Parque Estadual da Pedra da Boca na economia de Araruna**. 2019. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4929>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>. Acesso em: 11 de abril de 2023.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88 p.
- BRASIL, Ministério das Minas e Energia, CPRM- Serviço Geológico do Brasil. **Mapa Geológico da Folha Solânea SB.25-Y-A-IV, ESCALA 1:100.000**. Programa Geologia do Brasil - Carta Geológica: Escala 1:100.000. Divisão de Cartografia – DICART. Recife, Pernambuco, 2008.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962 - 1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2.ed. Brasília: MDA, 2011. 360p.
- CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna-PB): uma avaliação sobre as atividades turísticas e as ações de gestão territorial**. 2012. 146 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18934>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- COGGIOLA, Osvaldo. La Cuestión Agraria en Brasil. **Grupo de pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas**. Artigos. Março de 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/34984062/la\\_cuestion\\_agraria\\_en\\_brasil.pdf](https://www.academia.edu/download/34984062/la_cuestion_agraria_en_brasil.pdf). Acesso em: 12 de maio de 2023.
- CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **Jovens na Reforma Agrária: Perspectiva Intergeracional e Lógicas de Sucessão no Assentamento Novo Horizonte/Campo dos Goytacazes-RJ**. **Revista IDeAS**, v. 3, número especial, 544-563, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4060784>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistências e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. 295 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5794>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos. **POLÍTICAS PÚBLICAS E MASCULINIZAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - uma abordagem a partir das condições regionais**. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.



9, n. 17, p. 27-54, mar., 2014. Disponível em:  
<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/20888/14377/103320>. Acesso em: 19 fev. 2023.

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista. VIANA, Masilene Rocha. Agricultura no Brasil em tempos de expansão e monopolização do território pelo agronegócio. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.61, p. 102-122, mai. 2022. DOI 10.17058/barbaroi.v1i61.16748. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/10/1397117/16748.pdf>. Acesso em 8 mai. 2023.

COSTA, Fernando Luis Martins; RALISCH, Ricardo. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 3, p. 415- 432, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000300001>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CRUZ, Renata Medeiros da. **O Cenário Agrícola Goiano: A Dicotomia Agronegócio X Agricultura Familiar**. 2017. 175 p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7923>. Acesso em: 13 jan. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil. 1950-2003 *In*: Jaccoud Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. cap. 2, p. 51-90. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3234>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FACIONI, Dejanira; PEREIRA, Matheus Wemerson Gomes. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.22004/ag.econ.262763>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em:  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105009/felicio\\_mj\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105009/felicio_mj_dr_prud.pdf?sequence=1). Acesso em: 09 jan. 2023

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, v. 9, n. 24, 73-85, oct. 2008. Disponível em:  
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110418103459/OSAL24.pdf#page=65>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. *In*: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. cap. 5, p. 161-197. Disponível em:  
<https://repositorio.iica.int/handle/11324/8138>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FERNANDES, Maria José Costa. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista GeoInterações**, Assú, v. 1, n. 1, p. 55-67, jan./jun. 2020. Disponível em:  
<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1072>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. Constituição vinte anos depois: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). **Boletim de Políticas Sociais/IPEA**, Brasília, v.17, n.2, p. 155-223, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4334>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FERREIRA, Denise Sousa. **Aspectos da Questão Agrária na Paraíba: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária (1984 à 2013)**. 2016. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1059?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1059?locale=pt_BR). Acesso em: 30 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GRISA, Catia. *et al.* Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/222176>. Acesso em: 9 mai. 2023.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 51–79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643053>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 05 jan. 2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/araruna/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=downloads>. 19 jan. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/308/cd\\_2000\\_v7.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/308/cd_2000_v7.pdf) . Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/araruna/pesquisa/23/26170?detalhes=true>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. **Cidades e Estados: Araruna**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/araruna.html>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INCRA. INCRA nos estados: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <https://painel.INCRA.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 18 jan. 2023.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, [S. l.], v. 16, n. 33, dez. 2015. Disponível em:

<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.11, n. 22, p.83-107, jul./dez. 2014. Disponível

em: [://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432](http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432). Acesso em 9 mai. 2023.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. **Araruna: Anotações para a sua história**. João Pessoa: Grafset, 1985. 36 p.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. **O Velho Mercado de Araruna e seus Arredores**. João Pessoa: Empório dos livros, 1996. 202 p.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/rec.v18i37.3981. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, abril. 2012, p. 301-325. Disponível em:

<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/356>. Acesso em 16 de fev. 2023.

MIRALHA, Wagner. QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ORIGEM, NECESSIDADE E PERSPECTIVAS DE REFORMA HOJE. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente [S. l.], n. 8, p. 151–172, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i8.1445. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445>. Acesso em: 03 jan. 2023.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral Da Terra no Estado da Paraíba**. 2008. 501 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07012009-161303/en.php>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 894 p. Vol 1 e 2.

MOREIRA, Emília.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 439 p.

MOREIRA, Ruy. O plano nacional da reforma agrária em questão. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 1, 1986. 78 p. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/39>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro. (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954/1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. cap. 1, p. 21-76.

MST. Proposta de reforma agrária popular do MST. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. cap. 7, p. 149-168.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>. Acesso em: 07 fev. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. 2011. 72 p. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

PETINARI, Ricardo Alessandro; TERESO, Mauro José Andrade; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n.2, p.356-360, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbf/a/QhH5Czz3TPchPwyzMK8kn4h/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

POLETTO, Ivo. A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. cap. 4, p. 137-158.

QUEIROZ, Janaina Gulart Oliveira de. **As condições de vida, de trabalho e de escolarização dos migrantes nordestinos da construção civil na UFSC**. 2018 p. 231. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198660>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários, Porto Nacional, v. 2, n. 1, p. 75-86, jun. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso assentamento Nossa Senhora de Fátima**. 2012. 211 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Conhecendo Araruna**. João Pessoa: Grafset, 2001. 40 p.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *et al.* (org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. cap. 3, p. 75-104.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). **Trocadero**, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 77-98, 2005. DOI: 10.25267/Trocadero.2005.i17.04. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/681>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.

SAVIAN, Moisés. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?. **Revista Espaço Acadêmico**, [S. l.], v. 14, n. 159, p. 97-106, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SERRA, Letícia Silva. *et al.* Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista do CEDS UNDB**, v. 1, n. 4, p. 2-25, jan./jul. 2016. Disponível em: [http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o verde e agrot%C3%B3xicos - marcela ruy f%C3%A9lix.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o%20verde%20e%20agrot%C3%B3xicos%20-%20marcela%20ruy%20f%C3%A9lix.pdf). Acesso em: 07 fev. 2023.

SILVA, Thiago Henrique Costa; SANTOS, Maria Izabel de Melo Oliveira dos. O discurso do agronegócio e da agricultura familiar e o caráter excludente das políticas agrárias. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1 – 17 Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/4015/pdf>. Acesso em 9 de mai. 2023.

SILVA, Wellington Rafael da. **Desenvolvimento urbano e regional da/na Cidade de Araruna-PB**. 2010. 68 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/1001>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 20 fev. 2023

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 220 p.

STEDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. **Estudos Avançados**. v. 11, n.31, p. 69-97, 1997.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 83-117, mar. 2013. DOI: 10.53000/rr.v5i1.962. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16846>. Acesso em: 10 fev. 2023.

## APÊNDICE A Questionário da entrevista aplicada aos assentados de Calabouço.



UEPB

Universidade Estadual da Paraíba

Centro de Humanidades

Departamento de Geografia

Curso de Licenciatura Plena em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Graduanda: Amanda Teixeira Santos

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS AOS ASSENTADOS

#### **I - Dados do entrevistado**

1. Nome:
2. Qual a sua idade?
3. Já morava na propriedade antes do assentamento?
4. Há quantos anos mora na propriedade?
5. Qual era o tipo acordo com o fazendeiro (parceiro (pagava o aluguel da terra com uma parte da produção, arrendatário (pagava o aluguel da terra em dinheiro ou com seu trabalho), assalariado, pequeno proprietário, posseiro, outro).
6. No caso de o arrendatário pagar a renda com trabalho, como era feito esse acordo com o proprietário?
7. Se não morava na propriedade, onde morava (zona rural ou urbana) antes de vir morar aqui e em que trabalhava?
8. Se trabalhava na agricultura, trabalhava em que condição (parceiro (pagava o aluguel da terra com uma parte da produção), arrendatário (pagava o aluguel da terra em dinheiro ou com seu trabalho), assalariado, pequeno proprietário, posseiro, outro).
9. O senhor (a) estudou? Se sim, até que série:
10. Atualmente possui vínculo com algum movimento social (CPT da Igreja Católica? Alguma pastoral?)?

#### **II - A conquista do assentamento**

1. O senhor participou da luta pela terra deste assentamento?
2. Em caso positivo, de que forma?

3. Qual era o nome da fazenda?
4. Quem era o antigo dono?
5. Como começou o conflito em Calabouço? Em qual ano?
6. O que o fazendeiro fazia para que vocês saíssem da terra?
7. Houve violência?
8. Qual era o posicionamento da polícia?
9. Todos os moradores eram a favor da desapropriação da terra para a criação do assentamento ou algum morador ficou a favor do proprietário?
10. No início do conflito vocês eram filiados a algum sindicato?
11. Como ocorreu o primeiro contato com a CPT?
12. De qual forma a CPT ajudou vocês?
13. Qual a importância da CPT para a conquista desse assentamento?

### **III - A sucessão na propriedade do entrevistado**

1. Quantas pessoas moram no seu lote?
2. Quantos filhos o senhor tem? Quantos homens e quantas mulheres?
3. Quantos moram na propriedade?
4. Onde moram os outros filhos (no município de Araruna, na zona rural ou urbana, em outro município).
5. Por que eles saíram da propriedade?
6. O senhor tem vontade que algum filho assuma a propriedade?
7. Algum dos seus filhos tem interesse em assumir a propriedade? Caso negativo, pular para a pergunta 13.
8. Sobre o Processo sucessório em sua propriedade:
  - ( ) A propriedade já tem um sucessor definido.
  - ( ) A propriedade planeja os futuros sucessores.
  - ( ) A propriedade não planeja possíveis sucessores.
  - ( ) Há possibilidade de não ter sucessores.
9. Se houver sucessor, qual a posição de nascença dele em relação aos outros filhos?
10. Qual o grau de escolaridade do sucessor?
11. Qual o estado civil?
12. Onde ele mora atualmente?
13. Caso negativo, qual destino pretende dar ao estabelecimento?



- 14 A família, em algum momento, reuniu-se e conversou sobre a necessidade de permanência de um ou mais filhos para a continuação da propriedade? Se isso aconteceu, conte um pouco sobre isso.

ANEXO A – Início da luta dos trabalhadores da fazenda Calabouço.

ARQUIVO : CPT / GB<sup>a</sup>  
 DATA : 28/02/94

INICIO DA LUTA DOS TRABALHADORES DA FAZENDA CALABOUÇO NO MUNICÍPIO DE ARARUNA - P.B

Uma Comissão de cinco moradores representando 15 família que residem na Fazenda Calabouço, localizada no município de Araruna, há 200 quilômetros de João Pessoa, esteve reunida no de 28/de-02/1984 a tarde, com o Secretário de Segurança Pública, Fernando ' Milanez, para pedir garantia de vida.

As 15 famílias que residem e trabalham na Fazenda vivia em paz até junho do ano passado, quando o antigo proprietário Ricardo Spinola de Oliveira decidiu vender suas terras, aproximadamente 490 hectares a outro Fazendeiro, Edmundo Cavalcante de Macedo.

Enquanto a Fazenda era do propriedade de Ricardo Spindula os moradores pagavam o forum equivalente a Cr\$2.000, pela ocupação de cerca de 35 hectares. Apartir do momento em que a fazenda foi adquirida por Edmundo Cavalcanti, ele recusou-se a receber essa quantia, e passou a exigir que cada morador lhe pagasse 10 mil cruzeiros.

Esse valor sequer correspondia ao que arrecadado por mês alguns moradores. Diante da impossibilidade de atender as exigências do novo proprietário, os moradores resolveram reajustar em 100% o valor do forum e paga-lo em cartório, já que Edmundo recusava-se a recebe-lo.

Esse fato levou Edmundo a impetrar uma notificação na Comarca de Araruna, no dia 16 de novembro do ano passado, solicitando a desocupação da área em litigio no prazo de seis meses. A solicitação foi atendida e o fato passou a preocupar os moradores, que tiveram uma audiência com o Governador Wilson Braga há cerca de 02 meses requisitando a desapropriação da terra.

O Governador encaminhou o caso à Fundape que vem mantendo contatos com a direção do Incra, em Recife, para saber da possibilidade de atendimento dessa reivindicação. Enquanto se reunia ontem, com a Comissão de moradores da Fazenda, o Secretário Fernando Milanez falou por telefone com o Presidente da Fundape sobre o encaminhamento do processo, e segundo informações do Secretário já

há um relatório favorável à desapropriação e que deverá ser encaminhado ao Inbra dentro de poucos dias.

Delegado Exonerado

Paralelamente à tramitação do processo solicitando a desapropriação da área em litígio, aconteceram diversos fatos que agravaram a situação e acirraram mais os ânimos. No último dia 17, Edmundo Cavalcante, mandou colocar uma cerca em certa área de posse dos moradores ameaçando de morte quem tentasse transpô-la. Alguns dos seus capangas segundo Francisco Genuino de Souza, residente na área há 30 anos, com pareceram ao local armados de espingarda dizendo "quem tocar na cerca leva um tiro na cabeça"

Essas ameaças constantes levaram os moradores a comparecerem à delegacia de Araruna para prestar queixa. "Só que além do delegado Cícero Alves de Andrade não nos receber bem, ele sequer registrou a queixa", declarou Francisco Genuino de Souza.

Na segunda-feira, dia 20, no entanto, alguns moradores foram intimados pelo delegado a voltarem à delegacia. "Quando chegamos lá", continuou Genuino "o delegado estava em companhia do proprietário da terra e alguns dos seus familiares, Eles não deixaram a gente falar uma vez sequer" segundo outro morador, José Francisco de Souza, o delegado Cícero Alves de Andrade ainda aconselhou: "Tenha cuidado. Lembrem que-se que do caso de Margarida. É uma coisa que pode acontecer com vocês!"

Durante a audiência, após ou esses relatos feitos pelos moradores o Secretário Fernando Milanez, mostra exoneração do delegado Cícero de Andrade, que ele tinha assinado ontem mas fez questão de esclarecer o fato de estar exonerando o delegado Cícero de Andrade, coronel reforma caso polícia, não se relacionava com o caso, "foi uma decisão anterior, mesmo foi quem pediu afastamento do cargo".

Fernando Milanez não quis revelar quem iria substituí-lo, garantir enquanto que, não seria necessário quando seu suplente assumisse, "pois tem um bom quadro de delegados, civis e militares a milha disposição e escolher o mais capacitados e mais adequado para acompanhar esse caso". O Secretário anunciará o nome do novo delegado de Araruna ainda hoje.

### Sem Juiz

Até ontem a noite, a cidade de Araruna não tinha nenhum juiz em sua Comarca. Esse fato, inclusive, impediu muitas das solicitações impetra pela Fetag em defesa dos moradores da Fazenda Calabouço fossem atendidas. Mas ao tomar conhecimento de situação, o Secretário Fernando Milanez designou o juiz do Município de Belém, Marcos Cavalcante de Albuquerque para acompanhar o processo, e fazer valer a justiça naquela cidade.

Ao final da audiência concedeu à Comissão de moradores da Fazenda Calabouço, Fernando Milanez deu garantia de vida a todas as famílias, mas ressaltou que mais importante do que isso é lutar pela solução definitiva do caso, ou seja a desapropriação da terra. Ainda ontem, o Secretário da Segurança levou ao conhecimento do governador Wilson Braga o teor do diálogo que manteve com os moradores.

Guarabira 16/03/1994

---

## ANEXO B – Resumo da luta pela terra em Calabouço.

ARQUIVO:	CPT/GB <sup>3</sup>
DATA:	83

Ficha nº

MUNICÍPIO: Araruna  
MICRORREGIÃO: Curimatã Oriental  
NOME DO IMÓVEL: Fazenda Calabouço  
ÁREA DO IMÓVEL: 164 ha  
ÁREA DO CONFLITO: 164 ha  
Nº DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS: 21  
CATEGORIA DE TRABALHADORES: arrendatários  
ANO DO INÍCIO DO CONFLITO: 1983  
CAUSA: venda do imóvel sem que tenha sido dado o direito de preferência ao arrendatário; tentativa do novo proprietário de transferir de lugar a gleba dos agricultores para expandir o plantio de capim.  
SITUAÇÃO ATUAL: adquirida pelo INCRA em 07/11/84

FONTE: FETAG-PB; INCRA-PB; Jornal O Correio da Paraíba; Jornal O Norte

RESUMO

A fazenda Calabouço encontra-se no município de Araruna, microrregião do Curimatã Oriental. No cadastro de imóveis do INCRA consta que a mesma pertencia a Haroldo Espínola de Oliveira e Maria Tereza O. Lima sendo administrada por Ricardo Espínola de O. Lima. Tinha 164 ha e era classificada como Latifúndio por Exploração.

Nela residiam, há cerca de 30 anos, 19 famílias de arrendatários que perfaziam 120 pessoas. Duas outras famílias, embora mantivessem roçados na propriedade, não residiam no imóvel.

Em 1982, tendo tomado conhecimento de que o proprietário pretendia vender a terra e sabendo que, mesmo que tivessem direito de preferência, não tinham recursos para adquiri-la, resolveram buscar apoio dos órgãos de terra para, caso a venda se concretizasse, pudessem ter a garantia de permanecer na terra.

A pedido dos trabalhadores através da FETAG-PB, o INCRA realizou uma vistoria no imóvel ainda em 1982 para avaliar a situação. O relatório da citada vistoria concluiu que ainda não havia litígio no imóvel, mas apreensão por parte dos moradores, quanto ao que viria suceder com eles no caso de venda a terceiros, e a afirmação de que, mesmo sem recursos, queriam que fosse garantido o direito de preferência de aquisição da propriedade como manda a lei.

O citado relatório ao descrever os aspectos econômicos do imóvel, ressalta que o mesmo consagra-se a uma pecuária extensiva sendo inexpressiva a produção agrícola do proprietário. Os agricultores por sua vez dedicavam-se às lavouras de feijão, milho e almeirão, sendo apenas este último produto o único do qual extraíam uma renda monetária.

A área do imóvel foi considerada pouco propícia ao desenvolvimento da atividade agropecuária, por apresentar fortes limitações físicas tais como: topografia acidentada, solos pedregosos com afloramento de rochas e escassez de água.

O conflito de terra só eclodiu de fato em Calabouço em 1983, quando a propriedade foi vendida ao Sr. Edmundo Cavalcante Macedo e este tentou transferir as áreas ocupadas tradicionalmente pelos roçados que eram dispersas no interior da fazenda, para a proximidade das casas dos agricultores. Estes, ao serem contra tal proposta, passaram a constituir um obstáculo aos objetivos do patrão que pretendia expandir na propriedade, em área contínua, a plantação de capim e conseqüentemente, a atividade criatória.

Na tentativa de dissuadir os arrendatários a continuar nos roçados, o Sr. Edmundo passou a ameaçar soltar o gado sobre suas lavouras e derrubar as cercas que separavam as glebas arrendadas da área de criatório. Depois das ameaças passou aos fatos, concretizando-as.

O Comitê Margarida Alves denunciou, em 18 de outubro de 1983, o acirramento das pressões do proprietário contra os reideiros de Calabouço. No documento acusam o Sr. Edmundo Cavalcante de Macedo de ameaçar de morte o Padre Luiz Pescamona, da Pastoral da Terra do município de Guarabira, que apoiava os trabalhadores, além de culparem o citado senhor de ser responsável pela enfermidade que acometeu uma das esposas dos reideiros quando o mesmo foi agredido e insultado pelo patrão. Citam também o caso do abandono da luta por parte de 5 famílias que aceitaram sair da terra em troca de uma pequena indenização.

A propriedade em conflito de acordo com as informações obtidas no setor fundiário do INCRA foi adquirida por este órgão com recursos do PROTERRA e do FUNTERRA, em 07 de novembro de 1984. Ela tem projeto de assentamento.

É importante destacar que o imóvel comprado detinha 486,3 ha. Isto porque, embora a área cadastrada em 1982 no INCRA contivesse àquela data 164 ha, em 1984 a propriedade já havia incorporado outras áreas denominadas de "Varelo", "Laranjeira" e "Evangelista".

O número de famílias de agricultores cadastradas pelo INCRA no ato da aquisição foi de 24. Consta porém, segundo denúncia dos próprios trabalhadores e do STR de Araruna, que na lista efetuada para a entrega de títulos de posse dos lotes realizada pelo INCRA, dois dos nomes ali contidos não eram dos rendeiros, mas de dois capangas que, durante a luta, investiam contra os verdadeiros rendeiros.

#### QUESTIONÁRIO

1. Tem alguma outra informação a acrescentar?
2. Qual a situação atual?
3. Existe no Sindicato alguma documentação sobre esse conflito?

## ANEXO C – Denúncias de ameaças.

ARQUIVO

ARQUIVO = CRT/GBº  
DATA = 25/10/83

Varelo de Baixo - Araruna Geral 7

João Pessoa, 25 de outubro de 1983

# Padre revela que tem sido vítima de ameaça de morte por fazendeiro

O padre Luiz Pescarmona, membro da Comissão Pastoral da Terra, originário de Araruna, denunciou, ontem, que tem sido vítima de sucessivas ameaças de morte que são feitas por fazendeiros interessados em que deixe de exercer o trabalho que há seis anos desenvolve no município de Araruna. O principal responsável por tais ameaças, segundo o padre, é o proprietário de terras Edmundo Cavalcanti.

O bispo de Guarabira, Dom Marcelo Pinto Carvalho, tomou conhecimento, conforme o padre, de ameaças de morte que foram feitas no início do mês por esse proprietário. "No último dia 7 - contou ele - eu fiz minha visita normal à comunidade do sítio Varelo de Araruna, onde estou exercendo minha atividade pastoral. Procurando impedir a missão

que exerce o sr. Edmundo Cavalcanti veio às 11 horas da noite ao sítio. Estava armado de rifle e portava um rolo de cordas. Em companhia de um irmão vasculhou residências de agricultores da localidade dizendo, aos gritos, que me mataria enforcado ou, talvez o que custasse".

- Desde já responsabilizo o fazendeiro Edmundo Cavalcanti por qualquer espécie de violência que possa me acontecer, acrescentou ele ao lembrar que a Diocese de Guarabira está estudando quais as providências a serem adotadas, ou a serem reivindicadas a nível de Governo, "para impedir novos abusos iguais a estes".

Comentando o conselho, dado pelo governador Wilson Braga, semana passada, durante audiência, no sentido de que os agricultores do sítio Varelo "não envolvessem o padre na sua luta", Pescarmona observou:

- A Igreja, está agindo com missão pacificadora, consensuadora e não violenta. Ele, enquanto instituição religiosa, e eu enquanto padre, promovemos os direitos humanos mais elementares. Pertubar a ordem é andar ostensivamente armado, ameaçando trabalhadores.

Por essas razões peço que o sr. governador do Estado corrija sua opinião a meu respeito, retirando a pecha de perturbador que me atribuiu quando deu audiência ao presidente da Fetag, e aos moradores de Varelo, concluiu ele.

O padre Luiz Pescarmona trabalha há seis anos na Comissão Pastoral da Terra. Ele é natural da Itália, e há 18 anos mora no Brasil, mas se considera "brasileiro tanto quanto os brasileiros de origem, em razão da vida que tenho do Brasil trabalhando em defesa dos direitos humanos".



ARQUIVO: CPT / GBA  
 DATA: 18/02/84

18 - 02 - 1984

#### AMEAÇAS

O presidente da Fetag, Álvaro Diniz, recebeu, ontem, mais um representante de trabalhadores rurais com denúncias sobre questões de terra. A outra denúncia partiu do agricultor Antonio Batista de Souza, possessor na "Fazenda Calabouço", de propriedade do sr. Edmundo Cavalcante de Macêdo, no município de Araruna.

A "Fazenda Calabouço", segundo Antonio Batista de Souza, tem 490 hectares e foi comprada, há oito meses, pelo sr. Edmundo Macêdo. O método utilizado pelo novo proprietário da terra, de acordo com a denúncia de Antonio, é muito eficiente. Para se ter uma idéia nesses oito meses, já conseguiu expulsar, através de ameaças de morte, nada menos que 13 das 25 famílias que viviam e trabalhavam na propriedade há mais de trinta anos.

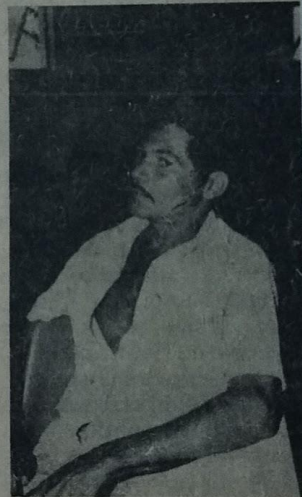
Essa área já se encontra em litígio há algum tempo. Os trabalhadores já estiveram com o governador Wilson Braga que prometeu tomar todas as providências o mais rápido possível, mas até agora nada foi feito. O proprietário da terra se recusou a receber o fórum dos camponeses, com 100% de aumento. As 12 famílias que ainda resistem as suas ameaças resolveram depositar o dinheiro em juízo até que essas providências sejam tomadas.

Os agricultores têm uma área coletiva de seis hectares onde cultivam milho, feijão, mandioca entre outros, para o sustento das famílias. Essa área foi violentamente invadida pelo sr. Edmundo Macêdo que colocou o gado para pastar no roçado dos posseiros. "Ele tirou a comida

da boca de nossos filhos", disse Antonio de Souza.

Na semana passada, o proprietário avançou com a cerca para a metade da área onde Antonio de Souza tem um roçado, ao lado de sua casa. o sr. Edmundo Macêdo foi bastante claro com ele: "Eu vou colocar a cerca aqui e quero ver quem vem derrubar. Se vocês quiserem derrubar que façam isso durante o dia quando eu estou aqui", lembra Antonio a ameaça que recebeu. O proprietário usa métodos violentos e exhibe armas e capangas para intimidar os camponeses.

"Nós queremos que o governador Wilson Braga cumpra a sua palavra e tome as providências necessárias, inclusive com relação a segurança de nossas famílias. Não podemos imaginar do que esse homem é capaz. Ele já esteve na cidade tentando matar o padre, só não o fazendo porque não encontrou", disse o camponês.



Agricultor Antonio Batista

A UNIÃO • João Pessoa, Terça-feira, 28 de fevereiro de 1984

# Trabalhadores pedem garantias a Milanez



Uma comissão de cinco moradores representando 15 famílias que residem na fazenda Calabouço, localizada no município de Araruna, há 200 quilômetros de João Pessoa, esteve reunida ontem à tarde, com o Secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez, para pedir garantias de vida.

Há cerca de seis meses o proprietário da fazenda Calabouço, Edmundo Cavalcanti de Macedo, impetrou uma notificação na Comarca de Araruna solicitando a desocupação da terra por parte dos trabalhadores rurais. Ao todo são mais de 90, que trabalham na área há mais de trinta anos e nos últimos dias vem recebendo ameaças de despejos.

**INÍCIO**

As 15 famílias que residem e trabalham na fazenda viviam em paz até junho do ano passado, quando o antigo proprietário Ricardo Spinola de Oliveira decidiu vender suas terras, aproximadamente 490 hectares a outro fazendeiro, Edmundo Cavalcanti de Macedo.

Enquanto a fazenda era de propriedade de Ricardo Spinola os moradores pagavam o foro equivalente a Cr\$ 2.000, pela ocupação de cerca de 35 hectares. A partir do momento em que a fazenda foi adquirida por Edmundo Cavalcanti, ele recusou-se a receber essa quantia, e passou a exigir que cada morador lhe pagasse 10 mil cruzeiros.

Esse valor sequer correspondia ao que era arrecadado por mês por alguns moradores. Diante da impossibilidade de atender as exigências do novo proprietário, os moradores resolveram pagar-lhe em cartório, já que Edmundo recusava-se a recebê-lo.

Esse fato levou Edmundo a impetrar uma notificação na Comarca de Araruna, no dia 16 de novembro do ano passado, solicitando a desocupação da área em litígio no prazo de seis meses. A solicitação foi atendida e o fato pas-

dia 17, Edmundo Cavalcanti, mandou colocar uma cerca em certa área de posse dos moradores ameaçando de morte quem tentasse transpô-la. Alguns dos seus capangas, segundo Francisco Genúino de Souza, residente na área há 30 anos, compareceram ao local armados de espingarda dizendo "quem tocar na cerca leva um tiro na cabeça".

Essas ameaças constantes levaram os moradores a comparecerem à delegacia de Araruna para prestar queixa. "Só que além do delegado Cícero Alves de Andrade não nos receber bem, ele sequer registrou a queixa", declarou Francisco Genúino de Souza.

Na segunda-feira, dia 20, no entanto, alguns moradores foram intimados pelo delegado a voltarem à delegacia. "Quando chegamos lá", continuou Genúino, "o delegado estava em companhia do proprietário da terra e alguns dos seus familiares. Eles não desistiram e a gente falou umas vez secas", segundo outro morador, José Francisco de Souza, o delegado Cícero Alves de Andrade ainda aconselhou: "Tenha cuidado. Lembrem-se do caso de Magalhães. É uma coisa que pode acontecer com vocês".

Durante a audiência, após ouvir esses relatos feitos pelos moradores o secretário Fernando Milanez, mood a exoneração do deleg. Cícero de Andrade, que ele tinha assinado, tem, mas fez questão de esclarecer o fato de estar exonorando o deleg. Cícero de Andrade, coronel reformado da Polícia, não se relacionava com o caso. "foi uma decisão acertada, mesmo foi quem pediu afastamento cargo".

Fernando Milanez não quis dizer quem iria substituí-lo, garantiu em tanto que, não seria necessário que seu suplente assumisse, "pois tem um bom quadro de delegados, civis e militares à minha disposição e escolhi o mais capacitado e mais adequado para acompanhar esse caso". O Secretário anunciará o nome do novo delegado.

**SEM JUIZ**

Até ontem, a cidade de Araruna não tinha nenhum juiz em sua Comarca. Esse fato, inclusive, impediu muitas das solicitações impetradas pela FETAG em defesa dos moradores da fazenda Calabouço fossem atendidas. Mas ao tomar conhecimento da situação, o secretário Fernando Milanez designou o juiz do município, Belém, Marcos Cavalcante de Albuquerque para acompanhar o processo, e zer valer a justiça naquela cidade.

Após a audiência que aconteceu ontem, a comissão de moradores da fazenda Calabouço, Fernando Milanez deu garantias de vida a todas as famílias, mas ressaltou que mais importante do que isso é lutar pela solução definitiva do caso, ou seja a desapropriação da terra. Ainda ontem, o Secretário de Segurança levou ao conhecimento do governador Wilson Braga o teor do diálogo que manteve com os moradores.

o Fernando Milanez recebeu pedido de garantia de vida dos agricultores da Calabouço

JORNAL UNIÃO  
TERÇA-FEIRA 28-02-1984

sou a preocupar os moradores, que tiveram uma audiência com o Governador Wilson Braga há cerca de 2 meses requisitando a desapropriação da terra.

O Governador encaminhou o caso à Fundape que vem mantendo contatos com a direção do INCRA, em Recife, para saber da possibilidade de atendimento dessa reivindicação. Enquanto se reunia ontem, com a comissão de moradores da fazenda, o secretário Fernando Milanez falou por telefone com o presidente da Fundape sobre o encaminhamento do processo, e segundo informações do Secretário já há um relatório favorável à desapropriação e que deverá ser encaminhado ao INCRA dentro de poucos dias.

**DELEGADO EXONERADO**

Paralelamente à tramitação do processo solicitando a desapropriação da área em litígio, aconteceram diversos fatos que agravaram a situação e acirraram mais os ânimos. No último

ARQUIVO: CPT / GB<sup>o</sup>  
 DATA: 15/09/84

15 - 09 - 1984

### Agricultores vão à SP se queixar de ameaças

*DIA 15 de Setembro 84*

Os moradores da Fazenda Calabouço, município de Araruna deenunciaram à Secretaria de Segurança Pública as violências e agressões que vêm sofrendo naquela localidade, com a presença constante de capangas, e funcionários armados. Os agricultores acompanhados da Assessoria Jurídica do Centro de Defesa da Arquidiocese de Guarabira, entregaram ao Secretário de Segurança um abaixo assinado contendo as reivindicações dos trabalhadores, que pedem garantias de vida para permanecer na área.

As agressões, conforme os moradores, partem principalmente de fazendeiros, como Edmundo Cavalcanti Macedo, "que no dia 30 de agosto, às 16:30h, acompanhado do cunhado, do vaqueiro e de um desconhecido, ameaçou de morte o trabalhador, Antônio Batista, que na ocasião se encontrava em sua própria casa.

Além das ameaças ele pronunciou inúmeros palavrões, aos que se encontravam presentes na ocasião. Armado e mostrando a arma, prometeu, o proprietário, que se o Governo chegasse a comprar a terra alguns moradores não desfrutariam dela, pois só descansaria quando matasse alguns dos trabalhadores que moram lá.

— As provocações duraram meia hora, e os agricultores permaneceram calmos, sem responder nada, evitando aumentar a briga e pedindo justiça para suas situações. "Nós trabalhadores que produzimos a riqueza da nação e botamos a comida na mesa do pequeno ao grande, é preciso que haja justiça," disseram.

## ANEXO D – Greve na Diocese de Guarabira/PB.

ARQUIVO = CP7/GB1  
DATA = 20/04/85

JOÃO PESSOA, SABADO, 20 DE ABRIL DE 1985

## Padres fazem protesto suspendendo no brejo missas, casamentos e batizados

Em 32 municípios da Paraíba, não haverá missa, casamento ou batizado por uma semana. Isso decorre de protesto dos párocos da zona do brejo paraibano contra a prisão do agricultor Antônio Batista de Souza, por questão de terras, com o fazendeiro Edmundo Cavalcanti de Macedo.

Agente da Comissão Pastoral Rural da Igreja e líder sindical em Araruna,

Antônio foi preso há um mês, por determinação do juiz Janduí Fernandes, a quem os advogados do Centro de Orientação dos Direitos Humanos da Diocese de Guarabira acusam de abusos de poder.

O Centro de Orientação dos Direitos Humanos foi preso quando levava um recado do Incm para que um grupo de contratados do fazendeiro deixasse uma faixa de terra da Fazenda

Calibouço, desapropriada em favor de 23 famílias, de posseiros. O juiz, contudo, determinou sua prisão preventiva, depois de informado de que Antônio investiu, armado, contra o grupo.

O vídeo geral da Diocese de Guarabira, Padre Celestino Grillo, é o responsável pela Coordenação Pastoral, padre Cristiano Muffler explicam em nota, que os expedien-

tes paroquiais foram suspensos no brejo, por estarem todos os padres certos da inocência e integridade de Antônio, com quem todos estão solidários. Reunidos em Araruna, os párocos estarão promovendo, a partir de agora, uma "Semana Missionária" com hinos, oração e reflexões.

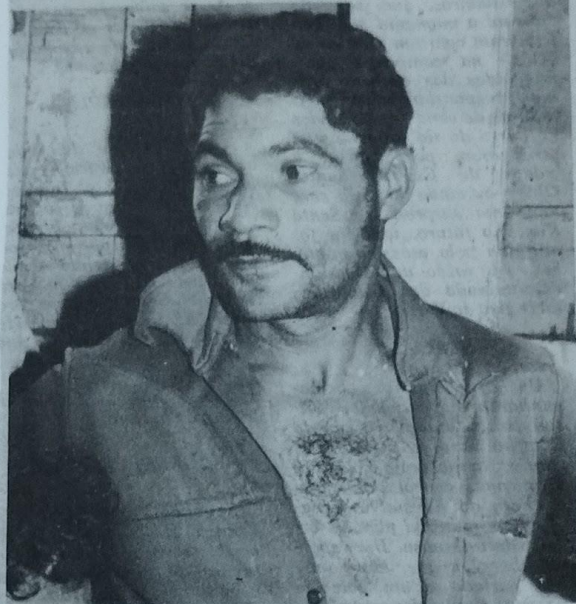
(Página 12)

João Pessoa, Paraíba - Domingo, 21 de

ABRIL DE 1985

ARQUIVO = CPT/68  
DATA = 21/04/85

## A greve dos padres



Antônio, preso há 35 dias, nega acusação e se diz injustiçado

# Posseiro pode ser libertado pelo Tribunal

A liberdade do agricultor, agente pastoral e dirigente sindical Antônio Batista de Souza, de Araruna, depende de uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que há 15 dias recebeu um pedido de habeas corpus em favor da soltura do homem que há 35 dias encontra-se preso no cadeia de João Pessoa. A informação foi transmitida ontem em Araruna à reportagem do CORREIO pelo padre Joaquim, pároco local, advogado de Antônio e autor da petição ao Tribunal contra decisão do juiz Janduf Fernando. O magistrado decretou a prisão de Antônio com base nas acusações de que o agricultor teria roubado 30 quilos de peixe de um açude da fazenda Calabouço e, além disso, agredido posseiros dessas terras desapropriadas pelo Incra. Vigários responsáveis

por 23 paróquias do Brejo paraibano, convencidos da inocência de Antônio, iniciaram um movimento que resultou na paralisação de todas as suas atividades de assistência religiosa, tais como celebração de missas, batizados e casamentos. A "greve" dos padres que reivindicam a libertação do agricultor foi iniciada na última quinta-feira e só há perspectivas de terminar com a soltura de Antônio. Entrevistado pelo CORREIO, Antônio protestou contra as acusações de que seria "um elemento perigoso". Em resposta a tais afirmações, lembrou que sua periculosidade deve ser atribuída à sua participação nos movimentos em defesa dos posseiros da fazenda Calabouço e ao fato de ser um trabalhador com dez filhos para criar e sustentar. Página 8

## ANEXO E – Alvará de soltura.

E.P. - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJ/DJ/ALVARÁ Nº 10/85  
L.M.ALVARÁ DE SOLTURA

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Miguel Levino Ramos, Relator da Petição de Habeas Corpus nº 135/85, em virtude da lei, etc.

P A Z S A B E R ao Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca de Araruna, deste Estado, ou quem legalmente o substituir, e ao conhecimento deste deva pertencer, ponha imediatamente em liberdade, se por outro motivo não deva permanecer preso, a ANTONIO BATISTA DE SOUZA, brasileiro, casado, natural de Araruna, filho de João Batista de Sousa e Maria Madalena da Conceição, face a Egrégia Câmara Criminal, em sessão realizada nesta data, haver julgado a Petição de Habeas Corpus nº 135/85 impetrada pelas Bacharelas Sueli Aparecida Bellato e Maria de Fátima Barbosa de Melo em favor do paciente supra mencionado, concedendo a ordem, por unanimidade de votos, para cassar o decreto de prisão preventiva lavrado contra o paciente, sem prejuízo do prosseguimento da ação penal a que responde na comarca de Araruna por infringência ao artigo 155 do Código Penal. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, 23 de abril de 1985. Eu, Plum Roberto de Almeida, Assessor da Câmara Criminal, o fiz datilografar e assinar.

*M. Levino Ramos*  
Des. MIGUEL LEVINO RAMOS  
Relator



## ANEXO F – Relatório do INCRA.

26 11 1986  
VARELO DE BAIXO  
(CALABOUÇO)

ARQUIVO: EPI/688  
DATA: 26/11/86

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO INCRA/DP/Nº 91/86

REF: Proposta de destinação do imóvel rural denominado Calabouço e com seqüente criação do Projeto de Assentamento CALABOUÇO numa área de 490 ha, situado no Município de Araruna/PB.

PROC: INCRA/BR/Nº 4.767/86

Senhor Presidente,

A Superintendência Regional da Paraíba apresenta proposta de destinação do imóvel rural denominado Calabouço e consequentemente de criação do Projeto de Assentamento CALABOUÇO, com área de 490 ha (quatrocentos e noventa hectares), localizado no Município de Araruna, no Estado da Paraíba, com o objetivo de atender famílias de agricultores.

2. A área em referência foi objeto de aquisição pelo INCRA/PROTERRA/FUNTERRA, e devidamente registrada no Cartório Judiciário do único Ofício, da Comarca de Araruna, em 07.11.84.

3. Em função dos estudos realizados, a SR-18 concebeu um anteprojeto de assentamento para 24 (vinte e quatro) famílias de agricultores, porém, o projeto deverá absorver inicialmente o assentamento de 18 (dezoito) famílias de agricultores, obedecidos o módulo de exploração de culturas permanentes previsto para o Município de Araruna, de 25 ha, devendo a SR-18, quando da elaboração do Projeto Técnico Definitivo, encontrar alternativas na organização territorial, que venha a beneficiar o assentamento das 24 famílias conforme proposto.


4. A infra-estrutura física a ser implantada na construção de 06 km de estradas de acesso, construção de 01 armazém, recuperação de 01 açude, perfuração de 02 poços artesianos, implantação de eletrificação rural, construção de 01 escola rural e 01 posto de saúde, construção de 06 casas embrião e recuperação de casas de parceleros existentes no imóvel.

5. A proposta em questão foi considerada viável do ponto de vista econômico e social.

Cont. RELATÓRIO INCRA/DP/Nº 91 /86

Face ao exposto, considerando que, no caso, estarão sendo implantadas medidas tendentes a equacionar um problema de natureza social, coerente com os objetivos propostos no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), esta Diretoria julga ser de toda conveniência que a área em questão seja dada a destinação ora preconizada, culminando com a criação do Projeto de Assentamento CALABOUÇO, razão pela qual submete a matéria à elevada apreciação de V.Sª.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1986.

  
AIRTON LUIZ EMPINOTTI  
Diretor de Assentamentos

DJM/ams



PROCESSO Nº

FOLHA 2/2

NÚMERO

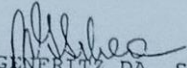
REF: PROCESSO INCRA/BR/Nº 4.767/86  
INT: SR-18

DESPACHO - Tendo em vista o que consta do presente processo e considerando, os pronunciamentos favoráveis de fls. 31/33 e 35/36, emitidos pela Diretoria de Assentamentos, que acolho, pelos seus fundamentos,

## D E C I D O :

- I. Aprovar a proposta de destinação do imóvel rural denominado Calabouço, com uma área de 490 ha (quatrocentos e noventa hectares), localizada no Município de Araruna, no Estado da Paraíba, de domínio deste Instituto, para efeito de criação do Projeto de Assentamento CALABOUÇO de conformidade com o anteprojeto elaborado pela Superintendência Regional da Paraíba (SR-18) e as recomendações da Diretoria de Assentamentos, objeto do processo INCRA/BR/Nº 4.767/86;
- II. Assinar, desde logo, a Portaria criando o referido Projeto, restituindo os autos à Diretoria de Assentamentos para os procedimentos regulamentares.

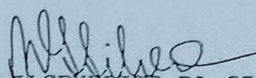
Brasília-DF, 26 de novembro de 1986.

  
RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA  
Presidente

PORTARIA/P/Nº 317 DE 26 DE Novembro DE 1986.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27, alínea "c", do Regimento Interno aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985, publicada no D.O.U. de 28 de janeiro de 1985, combinado com o disposto no Decreto nº 92.627, de 02 de maio de 1986, publicado no D.O.U. de 05 de maio de 1986, resolve:

- I. Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de parceleiros, do imóvel rural denominado Calabouço, objeto de aquisição pelo INCRA/PROTERRA/FUNTERRA no ano de 1984, com uma área de 490 ha (quatrocentos e noventa hectares), localizado no Município de Araruna, Estado da Paraíba, de domínio deste Instituto, que prevê a criação de 18 (dezoito) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o anteprojeto elaborado pela Superintendência Regional da Paraíba e as recomendações da Diretoria de Assentamentos, objeto do processo INCRA/BR/Nº 4.767/86;
- II. Criar, para os efeitos da destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento CALABOUÇO, a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional da Paraíba (SR-18), em articulação com a Diretoria de Assentamentos;
- III. Autorizar o Diretor de Assentamentos a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.

  
RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA  
Presidente

## ANEXO G – Estatuto da Associação dos Trabalhadores Rurais de Calabouço.

Arquivo:	CPT / 68ª
DATA:	27 / 12 / 87

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CALABOUÇO  
A.T.R.C.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CALABOUÇO - A.T.R.C. -, fundada em 23 de Outubro de 1987, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter social, educativo e assistencial, com sede na Fazenda Calabouço, no município de Araruna - Pb, de duração indeterminada e com os seguintes fins:

- I - Lutar pelos interesses e reivindicações dos seus associados;
- II - Promover ações comunitárias, visando garantir o espírito de cooperação e de união entre os seus membros tais como mutirões, etc.;
- III - Lutar para que a exploração da terra seja feita de forma coletiva;
- IV - Promover encontros, reuniões, seminários, cursos de formação, tendo em vista a capacitação e desenvolvimento integral dos seus associados;
- V - Reivindicar junto aos órgãos públicos e entidades, sobretudo as que atuam no meio rural em melhorias e benefício das famílias associadas;
- VI - Promover atividades culturais, sociais e recreativas com o objetivo de incentivar a integração dos seus associados e dependentes;
- VII - Editar boletins e publicações de caráter educativo e informativo;
- VIII - Prestar solidariedade a outras comunidades e Associações de trabalhadores rurais e urbanos;
- IX - Administrar os bens móveis e imóveis da A.T.R.C. que deverão, obrigatoriamente ter uso comunitário, visando atingir seus objetivos sociais;

§ 1º - A A.T.R.C., não terá caráter político partidário;

§ 2º - Não haverá discriminação com relação ao credo religioso, cor, sexo e posição ideológica dos seus associados.

ARTIGO 2º - Sendo uma Associação de fins profissionais e assistenciais está pois imune a tributação sobre o seu patrimônio, rendas e serviços nos termos da letra "C" do inciso II do artigo 19 da Constituição Federal e em face de atender rigorosamente aos requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional para gozo dessa imunidade, nos termos do artigo 19 incisos I e III.

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO SOCIAL

ARTIGO 3º - Poderá de filiar a A.T.R.C., toda e qualquer pessoa maior de 18 anos que trabalhem e residem na Fazenda Calabouço e que cumpra as exigências deste Estatuto.

ARTIGO 4º - Será admitido no quadro social, a pessoa física, proposta por pelo menos dois sócios e aprovada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Os Sócios não responderão pelas obrigações contraídas pela Associação.

ARTIGO 5º - O quadro Social será constituído por duas categorias de sócios:

- a) Fundadores - Os Sócios signatários da ata de fundação;
- b) Efetivos - Os Sócios que forem admitidos na forma do artigo anterior.

Parágrafo Único - Aos Sócios é assegurado o direito de votar e ser votado, nas formas previstas no presente Estatuto, bem como participar das reuniões do Conselho Diretor, sendo-lhes assegurado o direito de voz.

ARTIGO 6º - O Sócio deixará de fazer parte da Associação pelo afastamento voluntário expresso ou pela exclusão imposta pela Assembléia Geral, somente ocorrendo esta hipótese, quando se verificar infringência aos dispositivos deste Estatuto ou conduta incompatível com os objetivos sociais.

## CAPÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º - São Órgãos deliberativos da Associação:

- a) A Assembléia Geral - AG
- b) O Conselho Diretor - CD

etc: Falta Conselho Fiscal - C.F.

ARTIGO 8º - A Associação terá um Conselho Fiscal composto por (03) três membros eleitos concomitantemente com o CD para mandato de um ano, com a função de verificar as contas do CD, emitir parecer infórmative a AG.

#### SEÇÃO I

#### DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 9º - A AG realizar-se-á ordinariamente a cada (dois) meses, contados a partir da data de fundação, sob a presidência do coordenador ou pessoa por ele designada e é o órgão máximo da Associação.

Parágrafo Único - As Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, serão convocadas com antecedência de 08 (oito) dias, e necessitarão da participação mínima da metade mais um dos associados para deliberarem. Não havendo quorum, será reconvocada em segunda convocação para o prazo de 03 (três) dias, quando deliberarão com qualquer número de associados presentes.

ARTIGO 10º - Compete privativamente a AG:

- I. Convocar eleições para renovação do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, eleger os seus membros e empossá-los na forma prescrita no capítulo IV;
- II. Julgar os atos do CD e apreciar o parecer do CF;
- III. Admitir e excluir sócios do quadro social;
- IV. Examinar e deliberar sobre o balanço financeiro do CD;
- V. Discutir, apreciar e rejeitar projetos do CD de caráter geral;
- VI. Aprovar, rejeitar transação comercial de bens da Associação, cujo valor exceda a quantia de quatro salários mínimos;
- VII. Fixar os valores e formas de contribuição financeira dos associados para com a Associação;
- VIII. Cassar o mandato de membros do CD e do CF, procedendo na ocasião a eleição de um outro associado para o exercício do cargo até o término da mandato do Conselheiro cassado;
- IX. Deliberar sobre os pedidos de solidariedade endereçadas a Associação e as formas de sua concretização;
- X. Homologar convênios celebrados pelo CD;
- XI. Referendar a contratação de empregados para prestarem serviços à Associação;
- XII. Decidir sobre a extinção da Associação e a destinação do seu patrimônio;

### XIII. Alteração do Estatuto.

§ 1º - Para a validade da deliberação dos assuntos dispostos nos itens VIII e XIII deverá ser observado o quorum de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto;

§ 2º - A extinção da Associação só poderá ser decidida em AG convocada para este fim, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados e não poderá ser decidida se pelo menos 07 (sete) dos sócios presentes optarem pela continuação da existência da entidade.

§ 3º - Somente poderão votar nas AG os sócios quites com suas obrigações sociais e que tenham mais de 03 (três) meses inscritos no quadro social.

ARTIGO 11º - A convocação da AG será feita mediante publicação de edital afixado na sede da entidade e em prédios públicos da localidade.

ARTIGO 12º - A AG extraordinária será convocada a qual quer tempo pelo CD por 1/5 (um quinto) dos sócios, que deliberará somente sobre os assuntos para que foi convocada.

ARTIGO 13º - O CD, órgão executivo da A.T.R.C., é constituído por 07 (sete) conselheiros eleitos para o mandato de 02 (dois) anos podendo ser reeleitos e assim distribuídos:

- Um Conselheiro Coordenador;
- Um Conselheiro Secretário;
- Um Conselheiro Tesoureiro e
- Quatro Conselheiros.

ARTIGO 14º - Compete ao Conselheiro Coordenador:

- I. Presidir as AG e as reuniões do CD;
- II. Representar a Associação passiva e ativamente, judicial e extra-judicialmente nas suas relações contenciosas com terceiros;
- III. Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do CD;
- IV. Assinar expêdiente da Associação, juntamente com o Conselheiro secretário;
- V. Receber donativos, subvenções, contribuições, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques, endossar títulos obrigatoriamente em conjunto com o Conselheiro Tesoureiro e um membro do CD.

ARTIGO 15º - Compete ao Conselheiro Secretário:

- I. Manter em dias as correspondências da Associação;
- II. Secretariar as reuniões da Ag e do CD, lavrando as atas;
- III. Manter em ordem a documentação e arquivo da Associação

ARTIGO 16º - Compete ao Conselheiro Tesoureiro:

- I. Supervisionar e fazer a contabilidade da Associação;
- II. Receber pagamentos, subvenções, donativos e contribuições destinadas a Associação em conjunto com o Conselheiro coordenado;
- III. Assinar cheques e endossar títulos conjuntamente com o Conselheiro Coordenador e um membro do CD;
- IV. Apresentar ao CD bimestralmente balancetes financeiros e anualmente balanete geral da Associação a Assembléia.

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 17º - As eleições do CD e CF, serão realizadas em Assembléias Gerais extraordinárias, especialmente convocadas para tal fim, na qual deverá estar presente todos aqueles que desejarem assumir quaisquer cargos sociais.

§ 1º - Considerar-se-ão eleitos para o CD os 07 (sete) candidatos mais votados. Dentre estes o que obtiver o maior número de votos, assumirá o cargo de Conselheiro Coordenador.

§ 2º - Os cargos de conselheiro Secretário e Conselheiro Tesoureiro serão preenchidos por indicação do conjunto do CD.

§ 3º - Considerar-se-ão eleitos para o CF os 03 (três) candidatos que obtiverem o maior número de votos.

§ 4º - Observando-se empate para a composição de quaisquer cargos, serão feitas tantas eleições quantas forem necessárias para o desempate.

§ 5º - O local, a hora de início e o tempo de duração serão definidos no Edital de Convocação. Não podendo ser inferior a 06 (seis) horas de duração.

§ 6º - O voto será dado nominalmente a pessoa dos candidatos.

§ 7º - As eleições serão efetuadas no período de 10 (dez) a 15 (quinze) dias do término do mandato da Diretoria anterior.

§ 8º - A posse da Diretoria eleita realizar-se-á no último dia do mandato do CD e do CF substituídos.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ARTIGO 18º - O patrimônio da sociedade será formado:

- I. Bens móveis e imóveis que forem adquiridos por compra, doação ou legado;

- II. Por donativos ou legado de qualquer natureza;
- III. Rendas provenientes dos seus bens e serviços;
- IV. Contribuições dos sócios e subvenções diversas;

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÃO GERAIS

ARTIGO 19º - Não serão distribuídos lucros, bonificações, vantagens, dividendos e remuneração a seus dirigentes e sócios, sendo todos os recursos da Associação destinados unicamente a consecução dos seus objetivos.

ARTIGO 20º - Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor.

ARTIGO 21º - Este Estatuto será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

ARTIGO 22º - Este Estatuto foi aprovado pelos sócios fundadores, em Assembléia Geral conforme Ata de 25 de Dezembro de 1987, na qual consta os nomes dos mesmos, bem como os dos membros da primeira Diretoria, respectivamente qualificados.

Jose Garcia dos Santos  
José Garcia dos Santos  
- PRESIDENTE -

Antonia da Cruz Silva  
Antonia da Cruz Silva  
= SECRETARIO -

Jose Genuino dos Santos  
José Genuino dos Santos  
- TESOUREIRO -



CONSELHEIROS

Severino Cezar da Silva

1º Severino Cezar da Silva

José Joel Sobrinho

2º José Joel Sobrinho

Maria de Souza Lima

3º Maria de Souza Lima

João Genuíno da Souza

4º João Genuíno da Souza

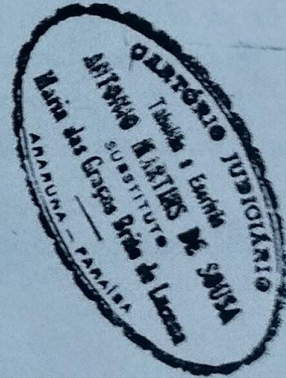
Calabouço, 27/12/1987.

A L O T A Ç Ã O

Este documento está protocolado sob nº 638, nas fls. 34 do livro A-1. - Está registrado sob nº 638, nas fls. 76/77v. do livro B-4 (Registro - Integral de Títulos e Documentos). Dou fé. \* \* \* \* \*  
Araruna, 18 de Janeiro de 1988.

O Oficial:

Antonio Martins de Souza  
Antonio Martins de Souza  
Escrivão e Tabelião



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO  
DA A.T.R.C.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 (vinte e sete) de Dezembro de 1987, no Salão Comunitário da Fazenda Calabouço município de Araruna-Pb. A referida assembléia teve início pontualmente às 13:00 (treze) horas, coordenada por José Garcia dos Santos que, fez a abertura expondo aos demais presente o objetivo da mesma. Dando continuidade, fez-se a leitura do presente Estatuto, explicando alguns itens para melhor entendimento, e logo após teve sua aprovação pelos participantes, os quais consideramos sócios fundadores da A.T.R.C. (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA FAZENDA CALABOUÇO), que são: José Garcia dos Santos, Hermínio Rodrigues de Oliveira, Francisco Ferreira de Lima, João Genuíno de Souza, Antonia da Cruz Silva, João Batista de Souza, Edite dos Santos Souza, Severino Soares da Silva, José Genuíno de Souza, Geral Fernandes da Silva, José Francisco da Silva Filho, José Genuíno dos Santos, Severino Ceza da Silva, Francisco Freire de Alexandria, José Joel Sobrinho, José Gomes de Araujo, Severino Nogueira de Souza, Francisco Genuíno de Souza, Pedro Genuíno de Souza, Sebastião dos Santos Souza, Francisco da Cruz Silva, Maria de Lourdes da Silva e Antonio Batista de Souza. Em seguida fez-se a escolha da Direção que terá um mandato de 02 (dois) anos conforme Estatuto, os quais foram eleitos e respectivamente qualificados: Presidente: José Garcia dos Santos; Secretário: Antonia da Cruz Silva; Tesoureiro: José Genuíno dos Santos. E para Conselheiros Fiscal: Severino Ceza da Silva, José Joel Sobrinho, Maria Souza Lima e João Genuíno de Souza. Finalmente às 15:30:00 (quinze e trinta) horas, deu-se por encerrada a assembléia com a participação de 23 trabalhadores, que sub-escrevem, a mesma teve o assessoramento de representantes da Pastoral Rural (Gb), e eu, Antonia da Cruz Silva lavrei a presente, que para maior veracidade dato e assino com os demais.

Faz. Calabouço de Araruna, 27/12/1987.

Antonia da Cruz Silva

## ANEXO – H Boletim do INCRA.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA

Publicação no Boletim de Serviço

Nº 51 de 18/2/06

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, Artigo 29, aprovado pela Portaria MDA nº 164, de 14 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 17 de julho de 2000, autorizo a publicação, no Boletim de Serviço do INCRA, da relação de TÍTULO DE DOMÍNIO expedidos na área de circunscrição da Superintendência Regional, conforme abaixo discriminadas:

PROJETO: PA CALABOUÇO

MUNICÍPIO ARARUNA

UF: PB

Processo Administrativo	NOME DO OUTORGADO	Número do Título/Sipra	Nº do Lote	Área Outorgada (ha)	Valor do Imóvel (R\$)	Valor da Prestação (R\$)
00000.000539/85	ANTONIO BATISTA DE SOUSA	PB000400000002	02	20,8202	3.331,23	195,95
00000.000547/85-00	ANTONIO GONÇALVES DA SILVA	PB0004000000032	06	18,7777	3.004,43	176,73
54320.001366/99-43	CARMELITA DOS SANTOS SILVA	PB0004000000025	07	17,9094	2.865,50	168,56
41420.000664/87-05	CÍCERO MIGUEL DE LIMA	PB0004000000003	20	23,5161	3.762,58	221,33
54320.001360/2004-77	FRANCISCO CESAR DA SILVA NASCIMENTO	PB0004000000033	04	18,3633	2.938,13	172,83
00000.000541/85-00	FRANCISCO GENUINO DE SOUZA	PB0004000000005	12	20,0067	3.201,07	188,30
54320.001417/01-95	GERVASIO FELIPE DE LIMA	PB0004000000030	23	21,5720	3.451,52	203,03
00000.000499/85-00	HERMINIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PB0004000000021	18	20,1891	3.230,26	190,02
000000.00535/85-00	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	PB0004000000024	15	22,8471	3.655,54	215,03
00000.00494/85-00	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO	PB0004000000011	08	18,6994	2.991,90	175,99
41420.000667/87-04	JOSÉ GARCIA DOS SANTOS	PB0004000000009	16	18,1102	2.897,63	170,45
00000.0000544/85-00	JOSÉ GOMES DE ARAÚJO	PB0004000000015	22	19,0592	3.049,47	179,38
54320.001076/2001-58	JOSE JOEL SOBRINHO	PB0004000000027	10	21,9281	3.508,50	206,38
00000.000542/85-00	JOSÉ LUIZ DA SILVA FILHO	PB0004000000016	14	19,1725	3.067,60	180,45
54320.001095/01-84	LUIZ JOSE AVELINO	PB0004000000028	01	18,9284	3.028,54	178,15
00000.000497/85-00	MANOEL BARBOSA DE LIMA	PB0004000000018	09	17,5306	2.804,90	164,99
54320.001726/99-15	RENATO DE SOUZA SILVA	PB0004000000026	21	19,5496	3.127,94	184,00
54320.001163/01-13	RIVELINO GOMES DE SOUZA	PB0004000000029	13	17,3022	2.768,35	162,84
00000.000534/85-00	SEBASTIÃO SOARES DA SILVA	PB0004000000022	19	20,3163	3.250,61	191,21
00000.000496/85-00	SEVERINO CEZAR DA SILVA	PB0004000000019	03	20,0313	3.205,01	188,53
54320.001699/01-21	SEVERINO GENUINO DE SOUSA	PB0004000000031	11	18,9254	3.028,06	178,12
00000.000543/85-00	SEVERINO SOARES DA SILVA	PB0004000000007	24	19,0612	3.049,79	179,40

Lucy



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA

Publicação no Boletim de Serviço  
 Nº 51 de 18/12/06

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, Artigo 29, aprovado pela Portaria MDA nº 164, de 14 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 17 de julho de 2000, autorizo a publicação, no Boletim de Serviço do INCRA, da relação de TÍTULO DE DOMÍNIO expedidos na área de circunscrição da Superintendência Regional, conforme abaixo discriminadas:

PROJETO: PA CALABOUÇO

MUNICÍPIO ARARUNA

UF: PB

Processo Administrativo	NOME DO OUTORGADO	Numero do Título/Sipra	Nº do Lote	Área Outorgada (ha)	Valor do Imóvel * (R\$)	Valor da Prestação (R\$)
-------------------------	-------------------	------------------------	------------	---------------------	-------------------------	--------------------------

\* Valor do Imóvel inclui benfeitoria original (se houver)

TOTAL DE TÍTULOS	22
TOTAL DE HECTARES TITULADOS	432,6160
TOTAL DOS IMÓVEIS EM RS	69.218,56

JOAO PESSOA/PB, 07/ 12/2006

*Maria Inês Marinho do Rêgo*

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE PARAIBA

Maria Inês Marinho do Rêgo  
 Superintendente Regional Substituta  
 Portaria/INCRA/DAInº 247, de 04/08/2006

## ANEXO I – Solicitação para a restauração do açude.



Diocese de Guarabira  
PSI – Programa Social Integrado  
Comissão Pastoral da Terra – CPT  
Rua Dr. Sales, 42 – Centro - Cep 58200-000 – Guarabira – PB  
Fone - Fax 0xx. 83 2712177  
E-mail: [cptguarabira@yahoo.com.br](mailto:cptguarabira@yahoo.com.br)/[diocgba@hotmail.com](mailto:diocgba@hotmail.com)

Araruna-PB, 02 de setembro de 2015.

Ofício 18/2015

Assunto: Comunicação e solicitação

Prezados (as) Senhores(as),

Vimos através deste comunicar que foi designado uma verba para restauração de um açude que beneficiará 60 famílias, sendo 36 famílias residente no Assentamento Calabouço e o restante circunvizinhos, conforme documento em vosso arquivo, até o momento todos os assentamentos que foram beneficiados já foram atendidos com exceção do assentamento Calabouço situado no Município de Araruna.

Após a visita do representante da Secretária de Recursos hídricos fomos orientados a solicitar um recursos para complementar a execução da obra, ora não iniciada.

Certos de sermos atendidos solicitamos providência.

Atenciosamente,

Comissão Pastoral da Terra  
Agente Pastoral

Associação dos T.Rurais. de Calabouço  
Presidente

A  
Secretária de Recursos Hídricos.  
Dr. João Azevedo Lins Filho  
João Pessoa - Paraíba